



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 4 | Abril 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Abril de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Abril.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
Destaques	29
Previsões Macroeconómicas do FMI	31
Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2010	33
Artigos	35
Em Análise	37
Eficiência e Eficácia da Despesa Pública no Ensino Superior	37
Iniciativas e Medidas Legislativas	49
Abreviaturas Utilizadas	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * Nos EUA, os indicadores de confiança para o 1.º trimestre de 2010 apresentaram-se favoráveis, em linha com os dados quantitativos, nomeadamente no que se refere às vendas do comércio a retalho e produção industrial. A taxa de desemprego foi de 9,7%, e a taxa de inflação foi de 2,4% (10% e 1,4% no 4.º trimestre de 2009, respectivamente).
- * Os indicadores de sentimento económico da União Europeia (UE) e da Área do Euro (AE) referentes ao 1.º trimestre continuaram a melhorar, com destaque para a confiança dos empresários da indústria e dos serviços. A taxa de desemprego da AE foi de 10% em Fevereiro (+0,1 p.p. que no mês anterior) e a taxa de inflação registou, em Março, uma variação positiva de 1,4% (0,9% em Fevereiro).
- * As taxas de juro a 3 meses estabilizaram quer na área do euro quer nos EUA, face ao mês precedente; enquanto as de longo prazo subiram nos EUA, em parte, devido à melhoria das expectativas económicas deste país.
- * O preço spot do petróleo *Brent* aumentou face a Março, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 21 de Abril, apresentado um valor de 85 USD/bbl (63€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * Os indicadores quantitativos disponíveis para a actividade económica, com excepção da construção, evidenciaram uma evolução mais favorável nos dois primeiros meses de 2010, face ao trimestre precedente na generalidade dos sectores.
- * O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo ao 1.º trimestre, apresentou uma melhoria face ao trimestre anterior.
- * A informação disponível até Março, sugere ainda a continuação da recuperação do consumo privado e um maior dinamismo do investimento.
- * Em Março, a taxa de inflação homóloga foi de 0,5%, mais 0,3p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,8p.p. abaixo do verificado na área do euro.
- * No 1º trimestre de 2010, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 2373,1 milhões de euros, representando uma ligeira melhoria de 11,8 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 502,6 milhões de euros, apresentando uma redução de 202 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 735,1 milhões de euros, o que constitui uma redução de 86,7 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Uma **estimativa rápida de dados agregados** do INE, para o mês de *Fevereiro de 2010*, aponta para uma taxa de crescimento positiva das saídas de mercadorias no período de Janeiro a Fevereiro (+9,3%), face a igual período do ano anterior, a par de um acréscimo também das entradas (+4,6%), com o défice (Fob-Cif) a decrescer 3,2%.
- * Os dados desagregados de Janeiro de 2010, agora divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, correspondem a uma primeira versão, sendo os de 2009, constantes dos quadros,

valores implícitos na versão preliminar do ano, já sujeitos a sucessivas correcções. Tratando-se de um curto período do ano, aconselha-se alguma prudência na sua análise.

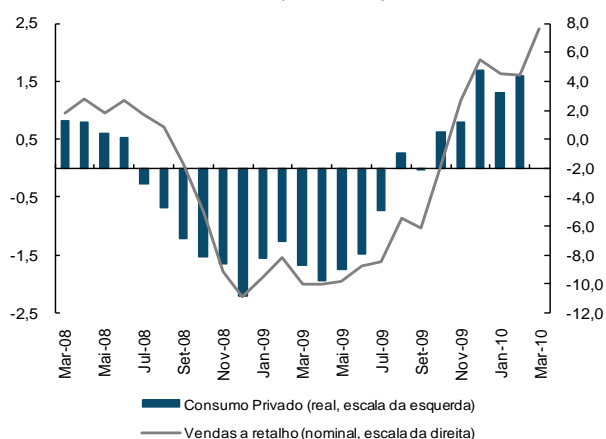
- * De acordo com os dados disponíveis, nos *últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010*, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias diminuíram 15,4% e as entradas 13,4%. Nos últimos 3 meses, excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram um acréscimo de 0,8%, ao mesmo tempo que as entradas registavam uma diminuição de 1,9% face ao período homólogo anterior.
- * Nos *últimos 12 meses*, as expedições para o *mercado comunitário* decresceram 14,3%, cabendo reduções de 14,4% aos países da UE-15 e de 11,0% aos 12 Países do Alargamento. No contexto da *UE-15* a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Dinamarca (-19,6%), Bélgica (-19,5%), Espanha (-16,5%), Suécia (-16,1%), Itália (-15,4%), Alemanha (-15,1%), Reino Unido (-11,7%), França (-11,6%), e Países Baixos (-6,5%). Entre os Países do Alargamento refere-se a Polónia (-7,3%).
- * Por sua vez, no mesmo período, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 19,7%. De registar o incremento das exportações portuguesas para a China (+31,2%). Decresceram de forma relativamente pouco acentuada as exportações para o Brasil (-1,8%), Turquia (-2,2%), Suíça (-3,5%). Angola (-3,9%), México e Argélia (-6,2% cada). Quebras mais significativas ocorreram nas exportações para a Rússia (-46,1%), Marrocos (-18,5%), EUA (-16,4%) e Cabo Verde (-11,2%).
- * Em Janeiro de 2010, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 1,5% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram positivamente os Bens (+2,7 p.p.) a par de um contributo negativo por parte dos Serviços (-1,2 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

Os indicadores respeitantes ao 1.º trimestre de 2010 indicam uma rápida recuperação das economias emergentes asiáticas (China) e um crescimento mais moderado para a generalidade das economias avançadas, liderada pelos EUA apesar de se manter em níveis baixos. A taxa de inflação subiu neste período nos EUA e na AE.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



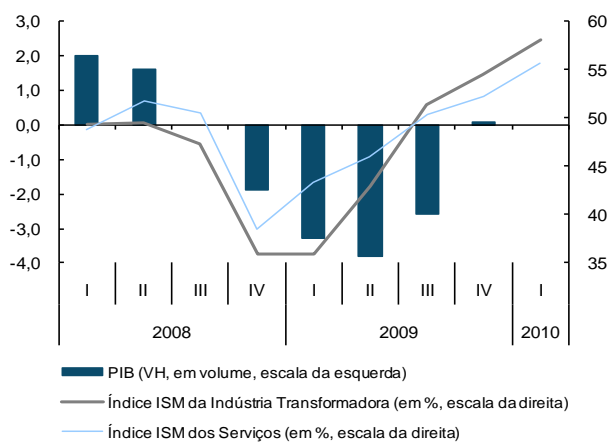
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, no 1.º trimestre, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 5,5% em termos nominais (2% no 4.º trimestre de 2009);
- a produção industrial subiu para 2,4% (-4,7% no 4.º trimestre de 2009) e a taxa de utilização da capacidade produtiva da indústria progrediu para 73% (71,4% no 4.º trimestre de 2009);
- a taxa de desemprego desceu para 9,7% (10% no 4.º trimestre de 2009) e a taxa de inflação homóloga aumentou para 2,4% (1,4% no período precedente).

Nos dois primeiros meses de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 1,4% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 14,8% em termos nominais (-1% no 4.º trimestre de 2009).

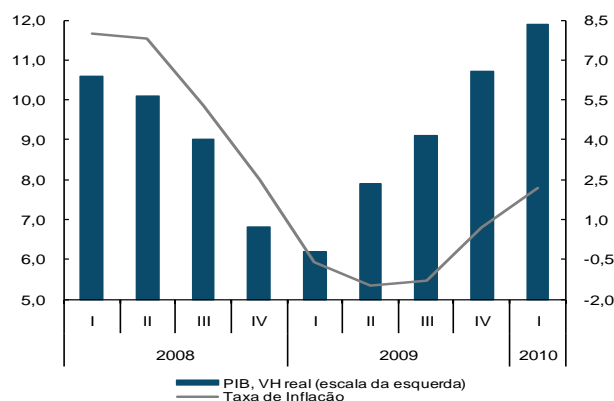
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

No 1.º trimestre de 2010, o PIB da **China** acelerou para 11,9% em termos homólogos reais (10,7% no 4.º trimestre de 2009) devido sobretudo ao fortalecimento do investimento e da procura externa. As exportações registaram um aumento de 30,3% em termos homólogos nominais neste período (0,9% no 4.º trimestre de 2009). A taxa de inflação homóloga aumentou para 2,2% no 1.º trimestre (0,7% no último trimestre de 2009).

Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

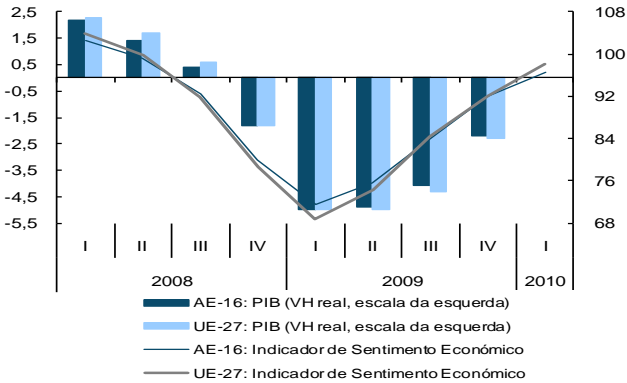
Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2009	2010		
				1T	2T	3T	4T			1T	Dez	Jan
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,4	-3,3	-3,8	-2,6	0,1	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,7	-11,6	-12,9	-9,4	-4,7	2,4	-2,1	1,1	2,2	4,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	35,9	43,0	51,4	54,6	58,2	54,9	58,4	56,5	59,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	43,3	46,0	50,4	52,3	55,7	53,2	52,2	54,8	60,0
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	58,3	68,2	68,4	70,2	73,9	72,5	74,4	73,6	73,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	8,2	9,3	9,6	10,0	9,7	10,0	9,7	9,7	9,7
China – PIB real	VH	NBSC	8,7	6,2	7,9	9,1	10,7	11,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,1	-23,5	-20,5	0,9	30,3	17,7	21,0	45,7	24,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-8,4	-6,0	-4,9	-14	:	-	-	-	-

Actividade Económica da UE

No 1.º trimestre de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), devido à melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços.

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

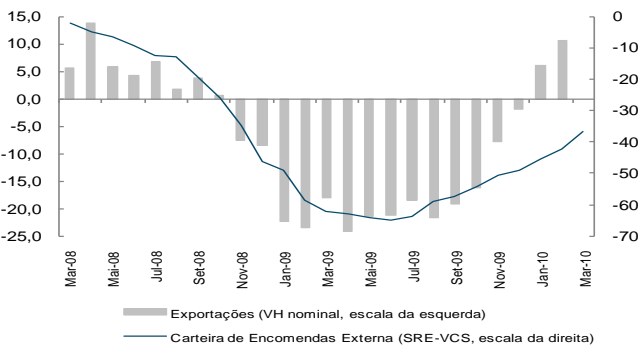


Fontes: CE; Eurostat.

No conjunto dos meses de Janeiro e Fevereiro, todos os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro apresentaram uma melhoria. Em termos homólogos:

- a produção industrial subiu para 2,3% (-7,6% no 4.º trimestre de 2009);
- as exportações aumentaram 8,3% em termos nominais (-8,6% no 4.º trimestre de 2009);
- as vendas a retalho decresceram 0,9% em termos reais (-1,5% no 4.º trimestre de 2009).

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externa da Área do Euro

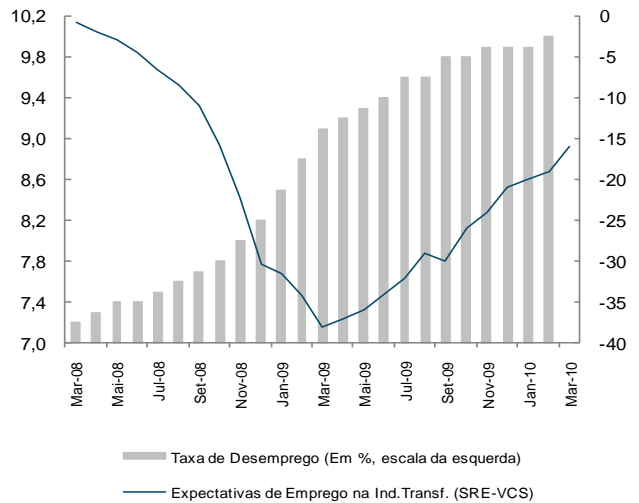


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Fevereiro de 2010, a taxa de desemprego subiu para 10% na AE e para 9,6% na UE (9,9% e 9,5% em Janeiro, respectivamente).

Em Março de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para os restantes sectores.

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Março de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,4% (0,9% em Fevereiro), em resultado da aceleração mais acentuada dos preços de energia, os quais aumentaram 7,2% (3,3% no mês precedente).

A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também acelerou para 0,9% (0,8% em Fevereiro).

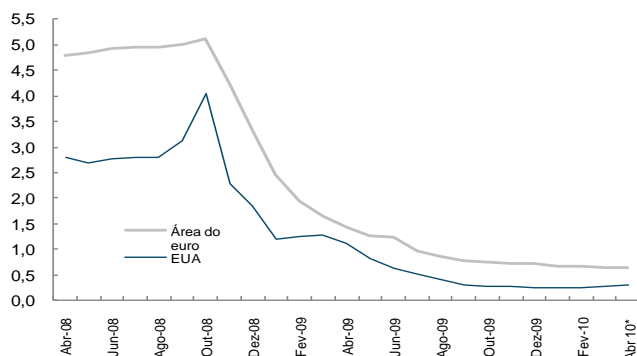
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2009	2010		
				1T	2T	3T	4T			1T	Dez	Jan
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-5,0	-5,0	-4,3	-2,3	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	68,8	74,2	84,3	92,2	98,1	95,0	97,2	97,6	99,6
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-5,0	-4,9	-4,1	-2,2	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	71,5	75,6	84,1	91,9	96,5	94,1	96,0	95,9	97,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-18,1	-18,2	-14,7	-7,6	:	-3,9	0,7	3,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,4	-3,0	-2,7	-2,5	-1,5	:	-0,7	-1,1	-0,7	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	8,8	9,3	9,7	9,9	:	9,9	9,9	10,0	:
IHPC	VH	"	0,3	1,0	0,2	-0,4	0,4	1,1	0,9	1,0	0,9	1,4

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se a um nível baixo tanto na área do euro como nos EUA, situando-se, em Abril, em média até ao dia 21, em 0,64% e em 0,31%, respectivamente (0,64% e em 0,27%, no mês de Março, respectivamente).

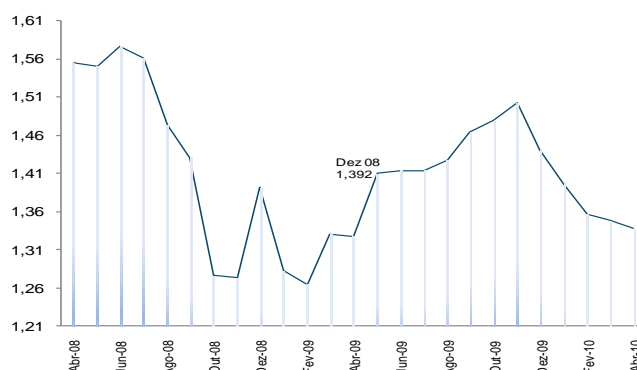
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 21.

Em Março de 2010, as taxas de juro de longo prazo aumentaram nos EUA, reflectindo, em parte, a evolução do mercado face à melhoria das expectativas do crescimento económico deste país.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

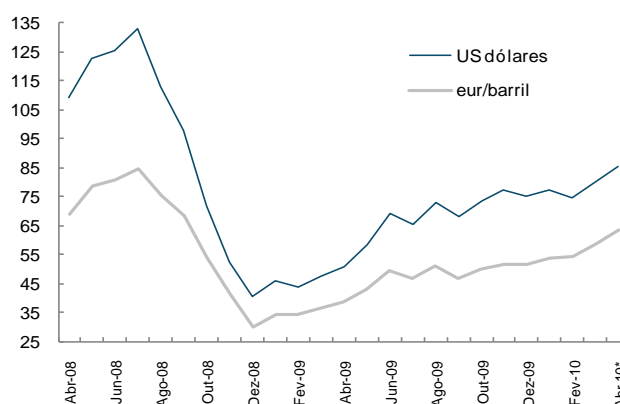


Fonte: Banco de Portugal. Para Abril, o valor é do dia 21.

Em Abril de 2010, a taxa de câmbio do euro face ao dólar continuou a depreciar-se, tendo atingido, no dia 21, em (1,34), representando uma depreciação de 7,2% face ao final do ano de 2009.

Em Março de 2010, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 57,4 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Abril, e até dia 21, o preço do petróleo *Brent* subiu para se situar, em média, em 85 USD/bbl (63 €/bbl). Esta subida parece traduzir um aumento robusto da procura (acima do inicialmente previsto) sobretudo proveniente dos países não pertencentes à OCDE, tal como a China.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 21.

No 1.º trimestre de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou para 29% em termos homólogos (14% no 4.º trimestre de 2009), devido à aceleração acentuada dos preços dos produtos industriais, agrícolas e metais.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2009				2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar				
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	1,51	1,10	0,75	0,70	0,63	0,70	0,67	0,66	0,63				
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,26	2,74	3,31	3,52	3,46	3,72	3,59	3,73	3,69	3,73				
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,83	3,90	3,97	3,79	3,67	3,70	3,65	3,75	3,73	3,63				
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,331	1,413	1,464	1,441	1,348	1,441	1,397	1,357	1,348				
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	-13,3	11,0	15,0	7,4	4,1	0,8	-3,5	2,6	5,1				
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	-15,4	16,0	19,6	3,2	-1,1	6,0	-6,2	-1,8	7,4				
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	45,73	59,58	69,00	75,51	77,22	75,33	77,16	74,61	79,90				
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-52,8	-50,0	-39,9	37,5	68,9	86,7	68,7	69,7	68,2				
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-45,6	-42,8	-36,6	22,4	59,0	71,8	56,5	58,5	61,8				
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,4	33,7	42,3	48,5	49,3	55,0	51,8	54,0	53,6	57,4				

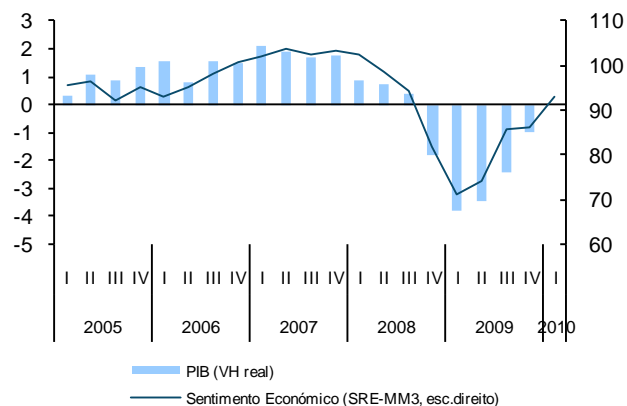
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo *Brent* em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 1.º trimestre de 2010, o indicador de sentimento económico melhorou face ao trimestre anterior.

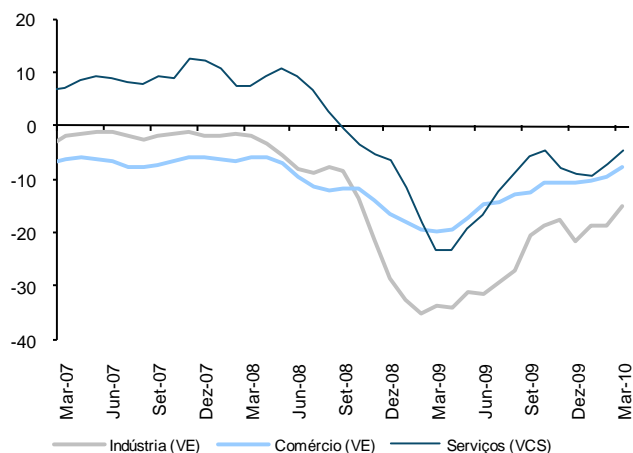
Figura 2.1. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: INE e CE.

Com excepção do sector da construção, os indicadores de confiança, no 1.º trimestre, apresentaram uma evolução favorável face ao trimestre anterior.

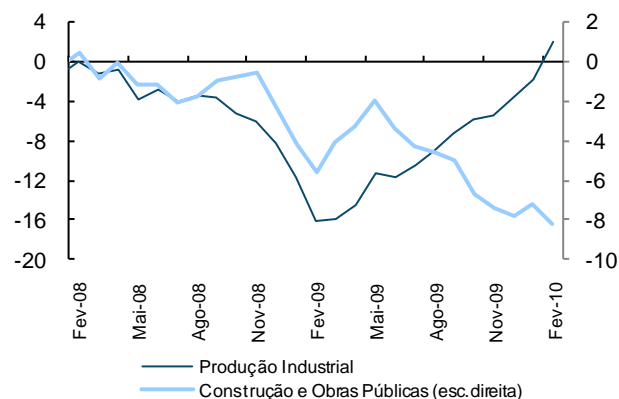
Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

Assim, as opiniões dos empresários apresentaram-se mais favoráveis na indústria, no comércio e nos outros serviços, e pioraram na construção.

Figura 2.3. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro, em termos médios homólogos, indicam que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios aumentaram 3,6% e 10,1%, respectivamente (-3,7% e -4,6% no 4.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,9% (-5% no trimestre precedente);
- o índice de volume de negócios registou uma quebra de 0,5% nos serviços, enquanto no comércio a retalho aumentou 0,2% (-7,5% e 1,7% no 4.º trimestre, respectivamente).

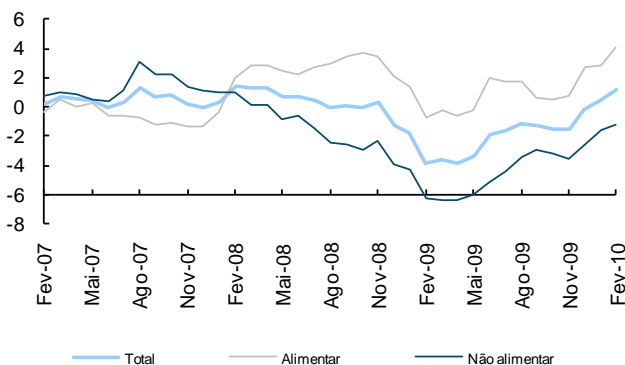
Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,7	-3,8	-3,4	-2,5	-1,0	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	91,7	71,3	74,0	85,7	86,4	92,9	86,6	92,6	91,0	95,2
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-27	-34	-31	-21	-22	-15	-23	-16	-17	-12
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-14	-20	-15	-12	-11	-8	-12	-8	-9	-6
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	-14	-23	-17	-6	-9	-6	-8	-6	-7	-4
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-46	-49	-46	-46	-46	-48	-47	-47	-48	-50
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,8	-16,1	-11,7	-7,2	-3,7	:	-12	0,1	7,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-16,5	-23,4	-20,6	-16,3	-4,6	:	3,5	8,9	11,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-12,1	-13,9	-15,8	-11,0	-7,5	:	-5,2	-1,1	0,2	:

Consumo Privado

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, em Fevereiro, um crescimento homólogo de 0,2%. Para esta evolução contribuiu sobretudo a categoria dos bens alimentares, que acentuou em 2,9p.p. o crescimento homólogo verificado no mês anterior, enquanto a categoria dos bens não alimentares registou um movimento descendente, desacelerando 2,7p.p. face ao mês precedente.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)

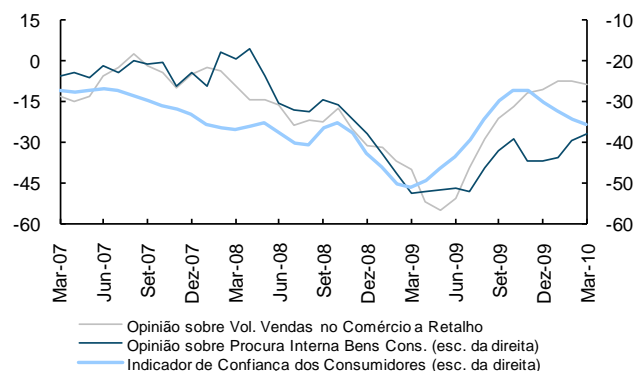


Fonte: INE.

No conjunto do 1.º trimestre de 2009, o indicador de confiança dos consumidores deteriorou-se face ao 4.º trimestre de 2009, interrompendo assim a tendência de recuperação que vinha registando. Esta evolução reflecte uma perspectiva mais desfavorável dos consumidores sobre a situação financeira dos agregados familiares e do país.

Este resultado pode ser contrabalançado pelas opiniões dos empresários do comércio a retalho, cuja avaliação do nível de actividade no sector exibiu uma melhoria significativa face ao 4.º trimestre do ano passado. Na indústria transformadora, registou-se também uma melhoria das opiniões dos empresários a respeito da evolução da procura interna por bens de consumo.

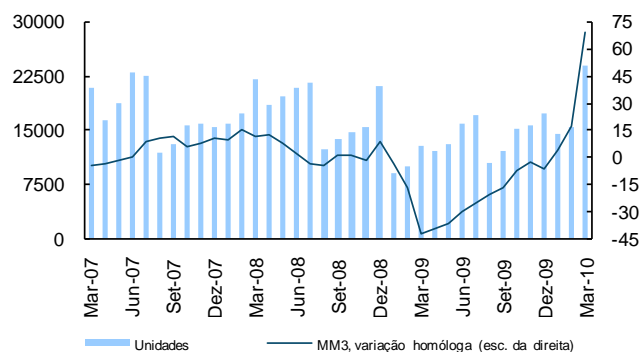
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No primeiro trimestre do ano, o mercado de automóveis ligeiros de passageiros recuperou, registando uma variação homóloga de 69,2%, (-6% no 4.º trimestre de 2009).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2009			2010		
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar		
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-0,8	-1,4	-0,9	-1,0	0,2	:	-	-	-	-		
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-51	-43	-29	-30	-35	-34	-32	-37	-37		
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-31	-40	-50	-21	-11	-9	-11	-1	-11	-14		
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-1,8	-3,6	-1,9	-1,3	-0,2	:	3,1	0,4	0,2	:		
Bens alimentares	VH	"	1,3	-0,2	1,9	0,7	2,7	:	7,7	1,0	3,9	:		
Bens não alimentares	VH	"	-4,3	-6,4	-5,1	-2,9	-2,6	:	-0,7	-0,1	-2,8	:		
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-42,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,2	-17,9	61,8	53,1	87,0		
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-1,7	-2,4	-4,1	-1,0	0,3	:	2,7	-5,6	:	:		

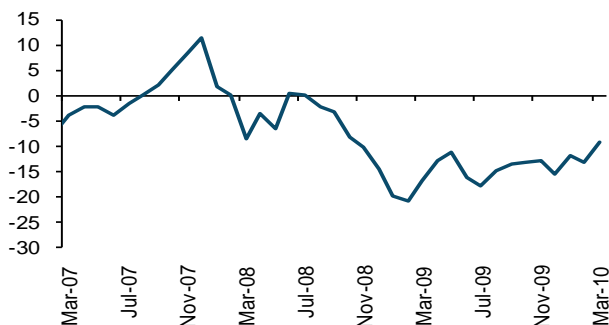
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 1.º trimestre sugerem uma forte recuperação do investimento em material de transporte, uma ligeira melhoria do investimento em construção e uma deterioração do investimento em Bens de equipamento, face ao trimestre anterior. Assim:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 9,4%, em termos homólogos (-15,5% no trimestre precedente);

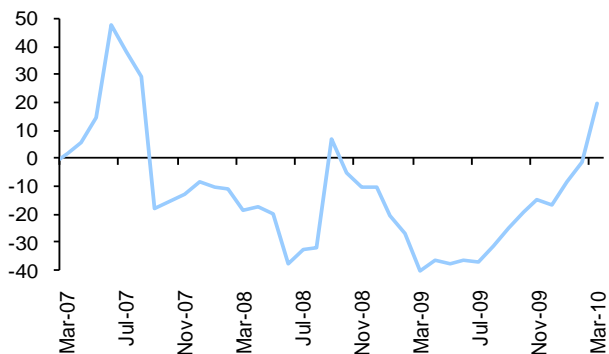
Figura 2.7. Vendas de Cimento (VH, MM3)



Fontes: SECIL e CIMPOR.

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação homóloga de 19,6% (-16,8% no 4.º trimestre);

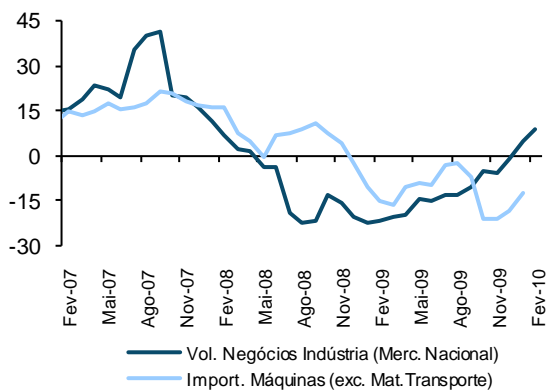
Figura 2.8. Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: ACAP.

- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram um comportamento mais desfavorável face ao trimestre anterior.

Figura 2.9. Bens de Equipamento (VH, MM3)



Fonte: INE.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento, em termos médios homólogos, de 2,3% (-10,3% no 3.º trimestre).

Em Outubro, as importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram uma quebra, em termos homólogos nominais, de 26,8% (-8,6% no 3.º trimestre).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

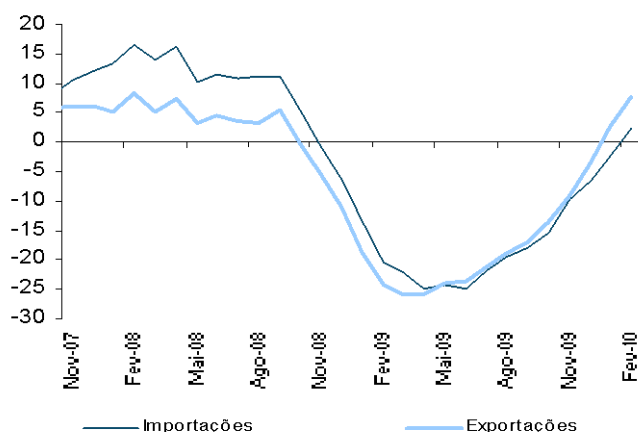
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010	2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	:	-14,1	-14,4	-6,8	-8,9	:	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-15,6	-16,9	-16,1	-13,8	-15,5	-9,4	-23,7	-7,3	-8,4	-11,6
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-40,5	-36,5	-25,0	-16,8	19,6	-19,9	25,1	13,7	20,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	-39,4	-38,0	-47,0	-23,3	-48,7	-36,0	-41,6	-42,6	-32,7	-28,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-29	-37	-33	-30	-17	-29	-20	-16	-24	-46
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-39,2	-47,5	-47,8	-39,0	-22,6	:	5,1	-29,9	-9,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	:	-16,1	-9,6	-7,1	-18,6	:	-13,2	-5,5	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	-11,8	-20,4	-15,3	-10,3	-1,3	:	3,1	26,8	26,8	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Em Fevereiro de 2010, os fluxos de comércio internacional continuam a registar uma trajectória de melhoria iniciada no segundo semestre de 2009, com a média móvel a 3 meses das importações a registar um valor positivo, de 2,4%, cifrando-se a variação homóloga mensal em 13,2%. As exportações continuaram a sua trajectória de crescimento, com a variação homóloga mensal a ser de 12,9% e a média móvel a 3 meses a registar o valor de 7,6%.

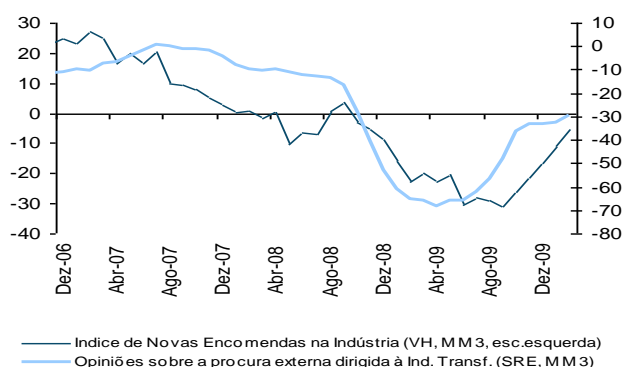
Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



Fonte: INE.

Esta evolução do comércio internacional, em particular a dinâmica das exportações, aponta para a manutenção do contributo positivo da procura externa líquida. Tal como nos últimos meses, os dados mais recentes sobre as novas encomendas à indústria e as opiniões dos empresários sobre procura externa na indústria continuam a sugerir que a procura externa mantenha uma evolução crescentemente favorável nos próximos meses.

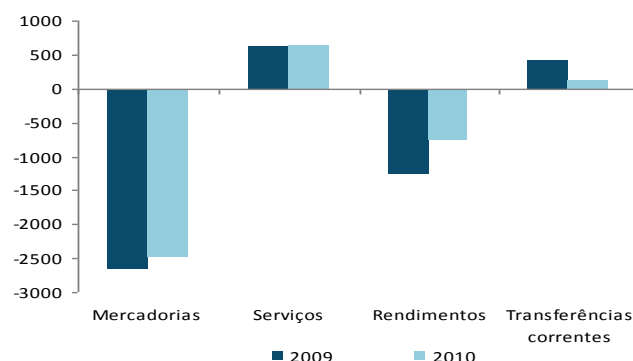
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até Fevereiro de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 2,5 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 409 milhões de euros face a igual período de 2009.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Para este resultado contribui essencialmente a melhoria no saldo da balança de rendimentos, cujo défice se reduziu em 514 milhões de euros, enquanto a balança de transferências correntes registou uma redução do seu excedente de 296 milhões de euros, face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

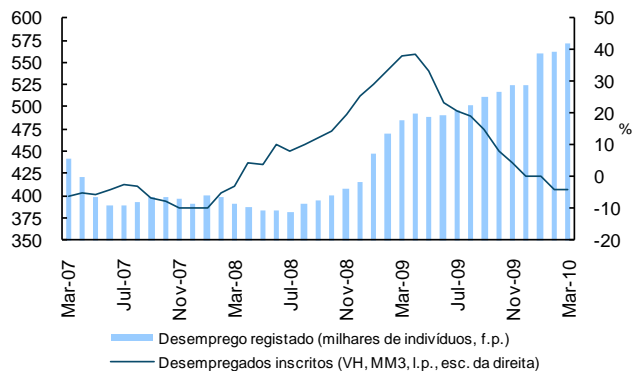
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2008		2009				2009		2010	
				4T	1T	2T	3T	4T	Nov	Dez	Jan	Fev	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-11,6	-8,8	-18,8	-15,3	-9,8	-1,4	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-9,2	-4,4	-14,3	-13,7	-7,0	-1,5	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7,6	-9,1	-8,1	-6,5	-8,4	-7,5	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,4	-8,4	-11,9	-7,4	-9,8	-8,7	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-17,5	-11,1	-25,9	-23,7	-17,1	-3,3	-1,6	4,0	5,8	12,9	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-17,9	-6,4	-22,2	-24,9	-17,8	-6,5	-2,5	-1,7	-3,4	13,2	

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Var. Ac.
				Fev	Jan-Fev	Fev	Jan-Fev	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15451	-1.109	-2.613	-1.244	-2.441	172
Saldo Balança de Bens	"	"	-17149	-1.223	-2.654	-1.351	-2.481	174
Saldo Balança de Serviços	"	"	6050	302	626	323	644	18
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7883	-707	-1.268	-453	-754	514
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2139	388	412	198	116	-296

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, no 1.º trimestre, o número de novos desempregados inscritos aumentou 18,1% em termos homólogos, desacelerando face ao 4.º trimestre (crescimento homólogo de 26,1%).

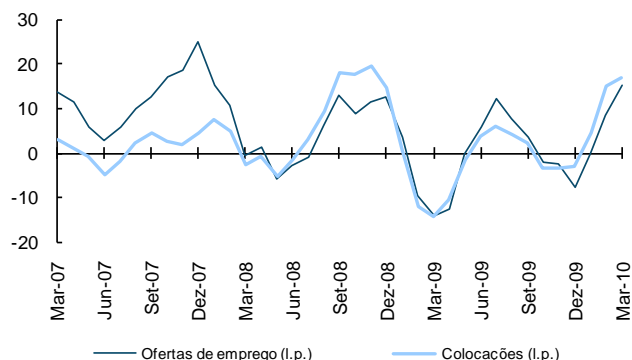
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

O desemprego registado ascendia, no final de Março, a cerca de 571 mil indivíduos, o que traduz um acréscimo de cerca de 47 mil indivíduos face ao trimestre precedente (+9%), e um aumento de cerca de 87 mil desempregados (+18,1%) face ao mês homólogo do ano de 2009.

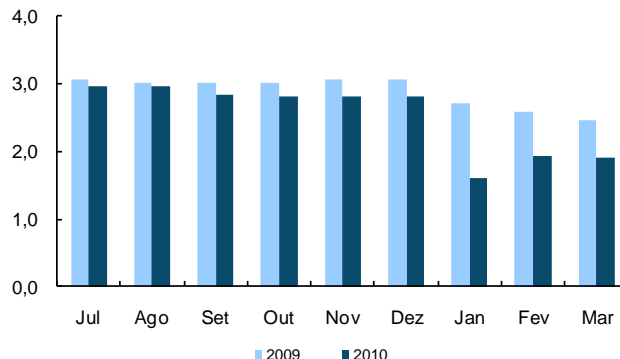
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No 1.º trimestre, quer as ofertas de trabalho quer as colocações aumentaram 15,4% e 16,9%, em termos homólogos respectivamente (-7,7% e -2,8%, em Dezembro).

Figura 2.15. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até Março, os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT) abrangeram cerca de 360 mil trabalhadores, traduzindo uma diminuição de cerca 116 mil trabalhadores face a 2009. O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 1,9%, exibindo assim uma desaceleração de 0,6p.p face ao valor registado no período homólogo de 2009.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

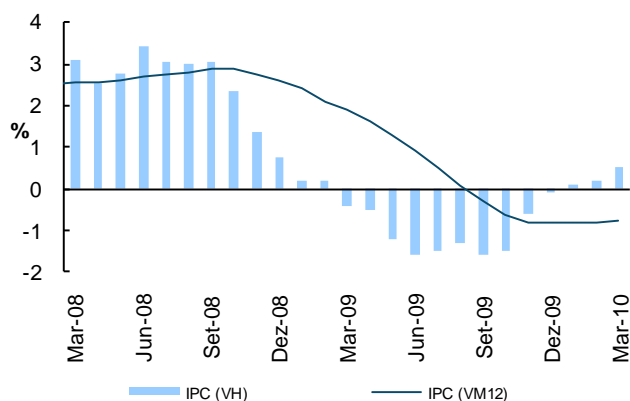
Indicador	Unidade	Fonte	2008	2009				2010	2009	2010		
				1T	2T	3T	4T	1T	Dez	Jan	Fev	Mar
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	8,9	9,1	9,8	10,1	:	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-1,8	-2,9	-3,4	-3,0	:	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	23,8	28,1	29,1	26,1	18,1	26,1	25,1	19,6	18,1
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	38,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-1,5	-1,0	-9,2	-2,1
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	-14,1	5,7	3,5	-7,7	15,4	-10,4	15,0	22,8	10,4
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	2,5	3,0	2,8	2,8	1,9	2,8	1,6	1,9	1,9
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	3,8	2,6	4,8	4,9	2,8	:	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,6	4,3	3,0	2,2	:	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Março, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 0,5%, 0,3p.p. acima do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de 1,1% (0,1% em Fevereiro de 2010).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)

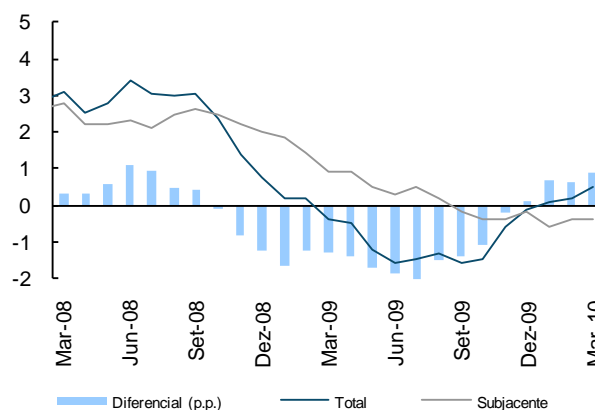


Fonte: INE.

Para esta evolução contribuiu o aumento, em termos homólogos, de 5,3% do preço dos Transportes, de 3,7% do preço da habitação, água e electricidade e de 3,1% do preço das bebidas alcoólicas. No sentido contrário, a quebra de 3,9% no preço dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, traduziu-se no maior contributo negativo para a variação homóloga dos preços.

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) estabilizou em -0,4%, aumentando o diferencial face ao IPC total.

Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)

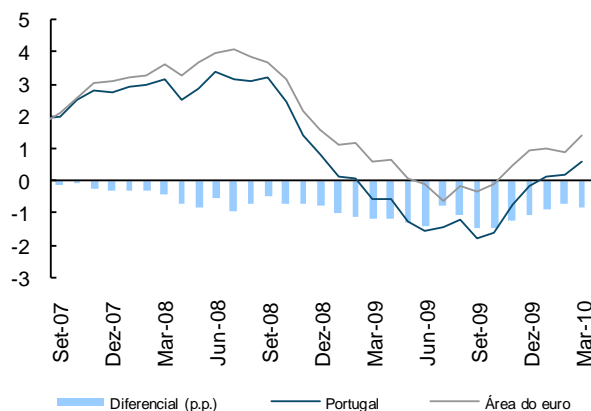


Fontes: INE.

A taxa de variação homóloga dos preços dos bens aumentou para 0,5%, 0,8p.p. superior ao valor registado em Fevereiro, facto determinante para o aumento da taxa de variação do IPC, enquanto, nos serviços, a taxa de variação homóloga desacelerou para 0,7% (1% em Fevereiro).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 0,6% no mês de Março, 0,8p.p. abaixo da variação homóloga na área do euro (1,4%).

Figura 2.18. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

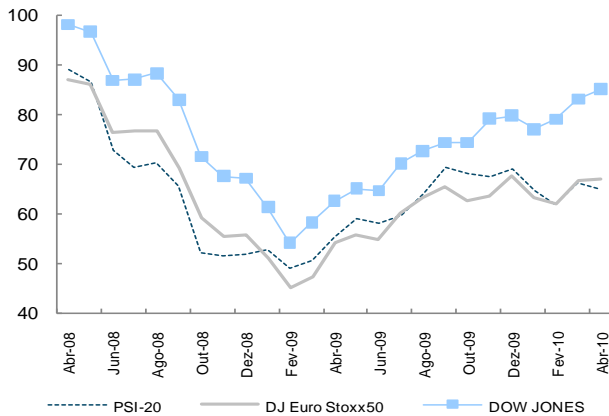
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009						2010		
				Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,5	-0,3	0,2	:	0,2	0,1	-0,5	0,1	1,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	-1,5	-1,3	-1,6	-1,5	-0,6	-0,1	0,1	0,2	0,5
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	-0,8	0,5	0,1	-0,3	-0,6	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8
IPC – Bens	VH	"	2,4	-3,8	-3,3	-3,6	-3,1	-1,8	-0,9	-0,5	-0,3	0,5
IPC – Serviços	"	"	1,7	2,1	1,9	1,4	1,1	1,2	1,4	0,9	1,0	0,7
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,4	0,5	0,2	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,6	-0,4	-0,4
IHPC	"	"	-0,9	-1,4	-1,2	-1,8	-1,6	-0,8	-0,1	0,1	0,2	0,6
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-0,8	-1,0	-1,5	-1,5	-1,2	-1,1	-0,9	-0,7	-0,8

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução favorável, especialmente nos EUA, associados, em parte, à divulgação dos resultados positivos das empresas da globalidade dos sectores.

Em termos médios e, até 21 de Abril, os índices *DJ Dow Jones* e *Euro Stoxx50* subiram 5,7% e 0,5%, respectivamente, face ao final do ano de 2009.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)



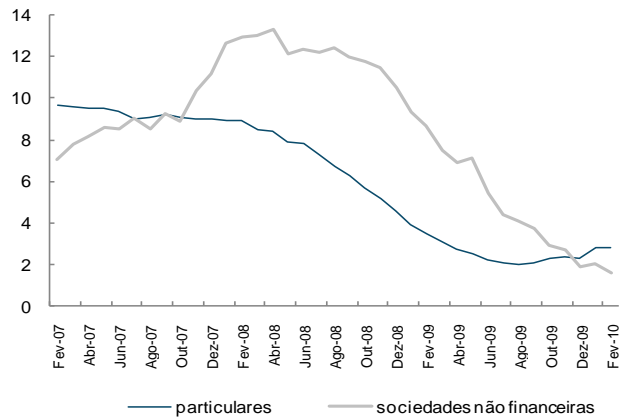
Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para Abril, o valor é do dia 21.

Ao contrário da evolução dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 tem apresentado uma evolução mais desfavorável. Em termos médios e, até 21 de Abril, o índice PSI-20 diminuiu 3,4% face ao final do ano de 2009.

Em Fevereiro de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu ligeiramente para 2,3% (2,4% em Janeiro), em resultado da desaceleração do crédito destinado às empresas.

Contudo, o crédito destinado aos particulares manteve o crescimento de 2,8%, em virtude da estabilização do crédito à habitação em 2,9%.

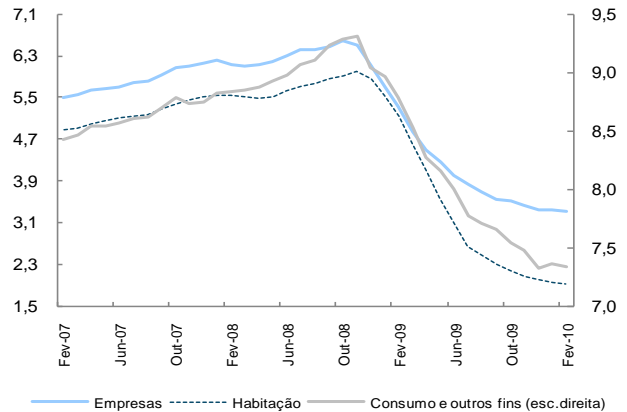
Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para os particulares como para as empresas não financeiras, tendo sido mais acentuada para os primeiros, devido à descida mais significativa do crédito para a habitação, cuja taxa caiu para 1,93% em Fevereiro.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

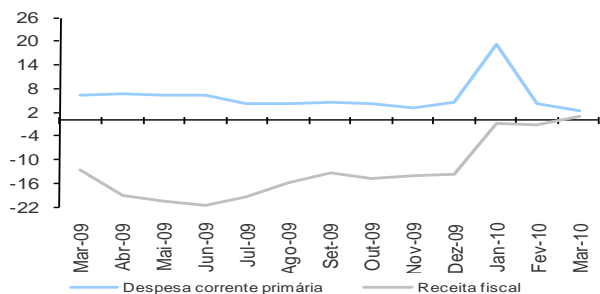
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009						2010		
				Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8	3,8	4,0	4,4	4,4	4,2
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	59	68	62	55	59	65	120	134	110
PSI20*	VC	CMVM	33,5	2,6	7,3	8,3	-16	-10	2,5	-6,3	-4,6	7,2
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,3	2,3	2,3	2,5	2,5	2,6	2,9	2,9	:
- para consumo	va**	"	1,7	3,1	2,6	2,7	2,4	2,2	1,7	1,6	1,8	:
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	4,4	4,1	3,7	2,8	2,7	1,9	2,0	1,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	2,64	2,45	2,30	2,17	2,07	2,00	1,96	1,93	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,82	3,70	3,55	3,51	3,43	3,34	3,33	3,31	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

No 1º trimestre, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 2373,1 milhões de euros, indicando uma ligeira melhoria face ao período homólogo. O défice primário foi de 2141,2 milhões de euros, constatando-se um agravamento de 172 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um ligeiro aumento da receita fiscal de 0,8%, justificada pelo aumento de 7,6% na receita dos impostos indirectos enquanto a dos impostos directos apresenta uma redução de 10%. No que respeita aos impostos directos, esta evolução reflecte, em larga medida, a diminuição da receita de IRS em 12,5% com a antecipação dos prazos de reembolso e o diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, e o crescimento do IRC em 7,6% devido à diminuição, este ano, dos reembolsos e da derrama, cujas entregas passam a ser concretizadas com a cobrança. Os impostos indirectos são influenciados pelo crescimento da receita do IVA (8,6%), cuja receita bruta aumentou, e reflectindo também o efeito base associado à diminuição do prazo médio de reembolso iniciado em 2009, pelo aumento da receita do Imposto sobre o Tabaco (90,9%), explicado pela subida da introdução ao consumo no final do ano passado, e pela variação da receita do imposto sobre Veículos (2,4%), reflectindo a recuperação das vendas no mercado automóvel; e
- um decréscimo da despesa total em 0,4%, apesar do ligeiro aumento da despesa corrente em 0,2%, sendo

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2009		2010		2009		2010	
	Jan a Mar		Jan a Mar		Jan a Mar		Jan a Mar		Dez		Jan	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		Exec. face OE corrig.* (%)		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		VHA (%)	
Receita Total	7930	7898	21,9	19,5	21,9	19,5	21,9	19,5	-15,0	-4,4	-3,5	-0,4
Receita corrente	7824	7750	22,5	19,7	22,5	19,7	22,5	19,7	-12,2	-5,4	-3,8	-0,9
Impostos directos	2716	2445	19,9	16,4	19,9	16,4	19,9	16,4	-11,9	-2,2	-3,9	-10,0
Impostos indirectos	4304	4629	24,9	22,6	24,9	22,6	24,9	22,6	-15,4	0,0	0,2	7,6
Despesa Total	10315	10271	20,6	20,4	20,6	20,4	20,6	20,4	6,0	13,6	2,0	-0,4
Despesa corrente primária	9319	9523	22,9	23,7	22,9	23,7	22,9	23,7	4,5	19,0	4,3	2,2
Despesa corrente	9734	9755	21,2	21,2	21,2	21,2	21,2	21,2	4,3	14,6	2,5	0,2
Despesa com pessoal	2422	2413	20,9	21,6	20,9	21,6	20,9	21,6	-17,5	1,4	0,6	-0,4
Aquisição bens e serviços	210	199	12,9	12,0	12,9	12,0	12,9	12,0	0,3	0,3	-1,7	-5,2
Subsídios	73	87	9,1	12,2	9,1	12,2	9,1	12,2	-31,4	136,1	113,6	19,3
Juros	416	232	8,2	4,1	8,2	4,1	8,2	4,1	2,5	-55,2	-41,0	-44,2
Transferências corr. p/ AP	5614	5767	24,1	24,9	24,1	24,9	24,1	24,9	22,0	3,8	3,8	2,7
Saldo Global	-2385	-2373	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-1969	-2141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

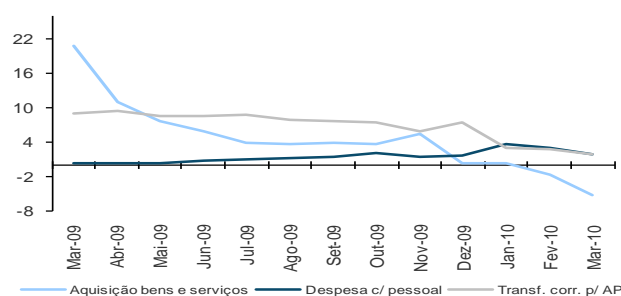
Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional.
Fonte: DGO.

¹ Incluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

que a componente que mais contribuiu para a redução da despesa total foi a despesa com juros e outros encargos (-44,2%, reflectindo o diferente comportamento intra-anual desta rubrica). A aquisição de bens e serviços correntes também registou um decréscimo (de 5,2%). Para o aumento da despesa corrente primária contribuíram as transferências correntes, que em termos comparáveis¹ aumentaram 2,1%, os subsídios (19,3%), as despesas com pessoal (1,8%, em termos comparáveis²) e as outras despesas correntes (18,7%). A referida evolução das transferências correntes reflecte, sobretudo, o acréscimo das transferências para a Segurança Social e para o SNS.

Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida.

Fontes: DGO e GPEARI.

Em 31 de Março, a dívida directa do Estado situou-se nos 135,9 mil milhões de euros, constatando-se um aumento de 798 milhões de euros face ao final do mês anterior, isto é, uma variação de 0,6%. A variação da dívida reflectiu, sobretudo, a emissão líquida positiva de Obrigações do Tesouro e CEDIC e, em sentido contrário, a amortização líquida de Bilhetes do Tesouro, ECP e de Certificados de Aforro com a redução dos respectivos stocks.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado

(milhões de euros)

	28-Fev-10	Mar-10			31-Mar-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	113 766	6 209	5 516	49	114 507
Bilhetes do Tesouro	16 438	2 759	3 892	0	15 304
Obrigações do Tesouro	94 853	1 968	572	56	96 304
Não Transaccionável	21 366	3 556	3 500	0	21 422
Certificados de Aforro	16 763	49	117	0	16 695
CEDIC	4 384	2 467	2 405	0	4 445
Total	135 131	9 765	9 016	49	135 929

Fonte: IGCP.

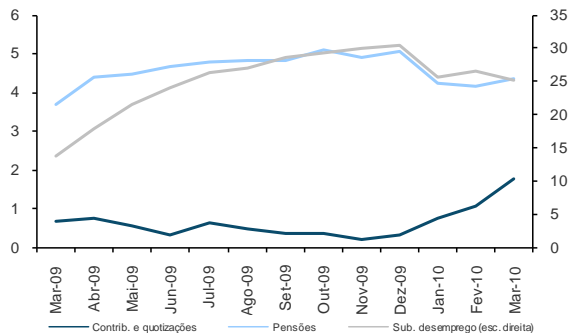
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

No 1º trimestre, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 502,6 milhões de euros, representando uma redução de 202 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

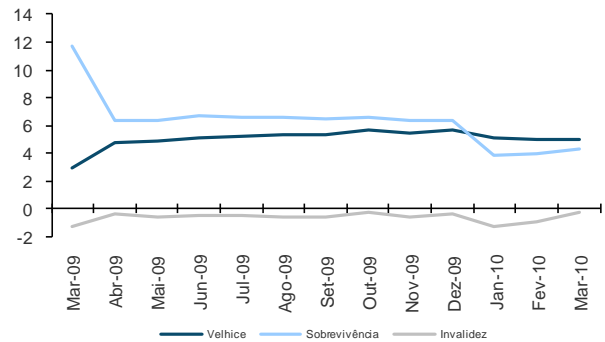
- um aumento da receita corrente em 3,4% resultante da evolução das transferências correntes da Administração Central (7,7%), das contribuições e quotizações (1,8%) e das outras receitas correntes (1,2%); e
- um aumento da despesa corrente em 8,3%, traduzindo, maioritariamente, a subida da despesa em prestações sociais, designadamente, pensões (4,3%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (25,1%), Rendimento Social de Inserção (20,1%), Subsídio familiar a crianças e a jovens (9,7%) e, embora com menor peso, o complemento solidário para idosos (21,9%). Relativamente ao número de beneficiários, verificou-se um aumento de 19,5% no subsídio de desemprego e uma redução de 33,9% no subsídio de doença. As acções de formação profissional apresentam novamente um acréscimo significativo (108,8%), com o aumento de 390,2% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



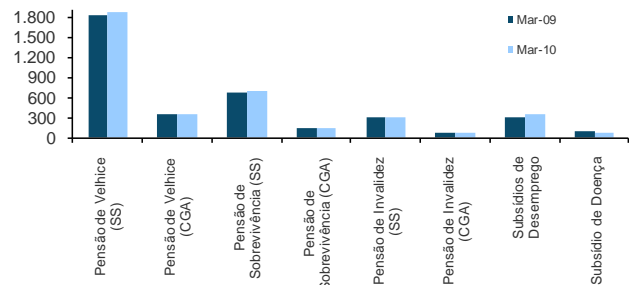
Fonte: MTSS.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Março, e na óptica da contabilidade pública, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 68,1 milhões de euros, o qual compara com um saldo de 41,7 milhões de euros no período homólogo do ano anterior. A receita corrente registou um aumento de 6,5%, reflectindo principalmente o aumento das contribuições (15,7%), enquanto que as transferências correntes apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,2%. A despesa corrente apresentou um aumento de 5,1%, reflectindo, principalmente, o aumento da despesa em pensões (4,9%) e, em grau diminuto, um acréscimo na aquisição de bens e serviços correntes.

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Mar		Jan a Mar		Jan a Mar		Jan a Mar			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	5389	5571	3,4	24,3	23,5	1771	1885	6,5	23,2	24,6
Contribuições e quotizações	3234	3291	1,8	24,8	23,7	722	836	15,7	20,7	22,1
Transferências correntes da Adm. Central	1665	1793	7,7	26,1	26,3	1043	1042	-0,2	27,0	26,6
Despesa Total	4685	5068	8,2	21,8	22,9	1729	1817	5,1	21,9	23,1
Pensões	2850	2974	4,3	21,9	21,8	1723	1805	4,8	22,0	23,0
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	450	563	25,1	25,3	35,7	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	1049	1128	7,6	26,2	27,4	-	-	-	-	-
Saldo Global	704	503	-	-	-	42	68	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

No 1º trimestre, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 735,1 milhões de euros, verificando-se uma deterioração de 86,7 milhões de euros face ao período homólogo.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos, face ao mesmo período do ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 5,2%, explicada pelo decréscimo da receita de capital e da receita corrente, em 50,5% e 2,2%, respectivamente. O decréscimo da receita de capital traduz o comportamento das transferências dos outros subsectores das Administrações Públicas (26,5%) e, em menor grau, da União Europeia (69,7%). Relativamente às receitas correntes, observam-se diminuições, principalmente, nas transferências correntes recebidas da UE e nas taxas, multas e outras penalidades. É relevante relembrar que a composição da receita corrente está influenciada pela reclassificação, em 2010, da parcela do financiamento do OE destinada à cobertura da despesa da CGA com pensões da responsabilidade do Estado de contribuições para transferências das AP.; e
- uma redução da despesa em 4,3%, onde a despesa corrente apresenta um decréscimo de 1,4%, justificado, fundamentalmente, pela diminuição das despesas com pessoal (18,2%)¹, das transferências para outros subsectores das Administrações Públicas (30%) e dos subsídios (41,5%) Inversamente, constata-se aumentos nas componentes despesa com aquisição de bens e serviços (2,3%) e, em menor grau, nas outras despesas correntes (240,1%). A despesa de capital, com maior peso na redução da despesa total, diminuiu 46,8%, retratando principalmente o comportamento das transferências de capital (-50,7%) e do investimento (-41,6%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Março, o excedente global provisório do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na componente integrada nos serviços da administração pública, foi de 268,9 milhões de euros, observando-se um decréscimo 30,6 milhões de euros no excedente orçamental face ao registado no mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental do Serviço Nacional de Saúde, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um decréscimo de 1,1% na receita, fundamentado essencialmente pela diminuição verificada das outras receitas correntes (54,7%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento das transferências correntes recebidas (0,8%); e
- um ligeiro decréscimo da despesa em 0,1%, induzido pela diminuição das despesas com pessoal (27,7%) e das transferências correntes (57,6%). Inversamente, observou-se um aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços (4,2%) e, com menor peso, das outras despesas correntes (259,2%). O comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das operações de empresarialização ocorridas em Setembro de 2009, as quais se consubstanciam numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)				Serviço Nacional de Saúde			
	2009	2010	2010		2009	2010	2010	
	Jan a Mar		Fev	Mar	Jan a Mar		Fev	Mar
	10 ⁶ euros		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	5678,1	5 381	-5,7	-5,2	2 111	2 088	-1,2	-1,1
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	773,3	836	13,4	8,2	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	3 635	3 730	1,6	2,6	2 021	2 038	0,9	0,8
Despesa Total	4 856	4 646	-3,0	-4,3	1822	1820	1,7	-0,1
Despesa com pessoal	626	512	-19,5	-18,2	186	136	-32,1	-26,9
Aquisição de bens e serviços	1676	1715	12,3	2,3	1518	1582	4,4	4,2
Transferências correntes	2 094	2 110	0,4	0,8	74	31	-72,6	-57,6
Saldo Global	822	735	-	-	299	269	-	-

Fonte: DGO.

Nota: ¹ Ver texto sobre o Serviço Nacional de Saúde.

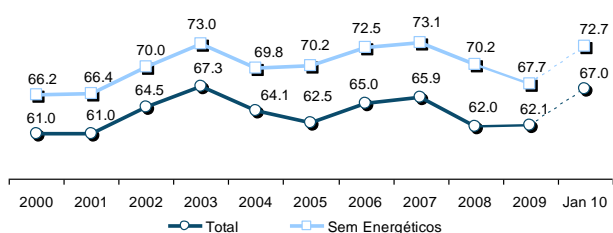
3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010 as saídas^[3] de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) diminuíram 15,7%, tendo as entradas, decrescido 17,0% em termos homólogos (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, verifica-se que no mesmo período as saídas decresceram 15,4% e que as entradas diminuíram 13,4%.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro			TVH	
	2009	2010	TVH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	2 432	2 572	5.8	2.5	-15.7
Entradas (cif)	3 977	3 842	-3.4	-2.5	-17.0
(fob)	3 789	3 661	-3.4	-2.5	-17.0
Saldo (fob-cif)	- 1 545	- 1 269	-17.8	-9.7	-19.0
(fob-fob)	- 1 357	- 1 088	-19.8	-10.7	-19.2
Cobertura (fob/cif)	61.2	67.0	-	-	-
(fob/fob)	64.2	70.3	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	2 340	2 393	2.2	0.8	-15.4
Entradas (cif)	3 422	3 291	-3.8	-1.9	-13.4
(fob)	3 261	3 136	-3.8	-1.9	-13.4
Saldo (fob-cif)	- 1 082	- 898	-17.0	-7.0	-8.7
(fob-fob)	- 921	- 743	-19.3	-7.9	-7.8
Cobertura (fob/cif)	68.4	72.7	-	-	-
(fob/fob)	71.8	76.3	-	-	-
Extra UE					
(milhões de Euros)					
	Janeiro a Fevereiro			TVH	
	2009	2010	TVH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	1 155	1 247	7.9	0.0	-17.2
Importações (cif)	1 502	2 052	36.6	13.0	-22.8
(fob)	1 431	1 956	36.6	13.0	-22.8
Saldo (fob-cif)	- 347	- 806	132.4	52.4	-32.7
(fob-fob)	- 276	- 709	156.9	61.6	-34.1
Cobertura (fob/cif)	76.9	60.7	-	-	-
(fob/fob)	80.7	63.7	-	-	-

Nota 1: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Fevereiro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que são uma versão preliminar do período de Janeiro.

Nota 2: Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Nos últimos três meses (Novembro de 2009 a Janeiro de 2010), excluindo ainda os produtos energéticos, as saídas acusaram um aumento de 0,8% face ao período homólogo anterior, tendo as entradas registado uma descida de 1,9%.

No mês de Janeiro de 2010, a taxa de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias foi de 67,0% (72,7% excluindo os produtos energéticos) (Figura 3.1).

Uma estimativa rápida de dados agregados para o mês de Fevereiro de 2010, aponta para taxas de variação homólogas positivas no período de Janeiro a Fevereiro de 9,3% nas saídas e de 4,6% nas entradas de mercadorias (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Fevereiro (estimativa rápida)

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Fevereiro		
	2009	2010	TVH
Saídas (fob)	4 811	5 258	9.3
Entradas (cif)	7 693	8 047	4.6
Saldo (fob-cif)	-2 882	-2 789	-3.2
Cobertura (fob/cif)	62.5	65.3	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE.

Segundo dados preliminares do comércio extracomunitário disponíveis para o período de Janeiro a Fevereiro de 2010, as exportações para os Países Terceiros e as importações daí provenientes terão aumentado respectivamente 7,9% e 36,6% (Quadro 3.1).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Janeiro	3 977	3 842	-3.4	2 432	2 572	5.8
Fevereiro	3 716			2 379		
Março	4 306			2 601		
Abril	3 878			2 477		
Maio	3 881			2 537		
Junho	4 276			2 640		
Julho	4 589			3 044		
Agosto	3 523			2 029		
Setembro	4 569			2 785		
Outubro	4 605			2 910		
Novembro	4 628			2 837		
Dezembro	4 126			2 416		
1º Trimestre	11 998			7 412		
2º Trimestre	12 035			7 653		
3º Trimestre	12 681			7 858		
4º Trimestre	13 359			8 163		

Com estimativa rápida do mês de Fevereiro no comércio Intra:

Fev	3 716	4 205	13.2	2 379	2 686	12.9
-----	-------	-------	------	-------	-------	------

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE na publicação "Síntese Estatística do Comércio Internacional" n.º 4/2010: www.gee.min-economia.pt

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de Janeiro de 2010 e os do comércio extra-comunitário para o período de Janeiro a Fevereiro de 2010, correspondem a versões preliminares. No que respeita ao comércio intracomunitário estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas, em 2010, e 250 mil para as expedições, bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os Países Terceiros. Paralelamente, "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos Países Terceiros.

Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 15,7% (Quadro 3.4).

Neste período, nenhum dos grupos de produtos registou um crescimento positivo, tendo ocorrido as menores quebras nos grupos de produtos "Agro-Alimentares" (-3,2%) e "Produtos Acabados Diversos" (-4,2%).

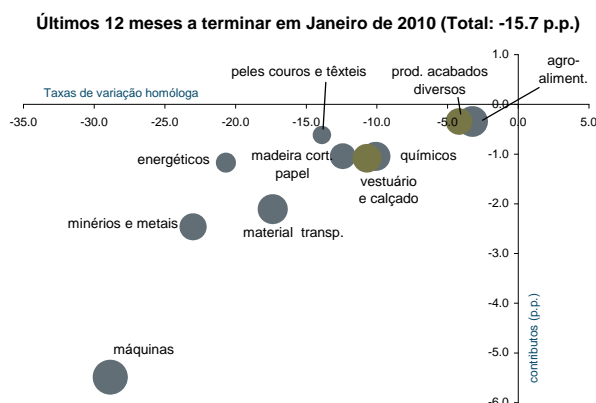
Nos restantes grupos registaram-se, por ordem decrescente, as seguintes descidas: "Máquinas" (-28,9%), "Minérios e Metais" (-23,0%), "Energéticos" (-20,7%), "Material de Transporte" (-17,4%), "Peles, Couros e Têxteis" (-13,9%), "Madeira, Cortiça e Papel" (-12,4%), "Vestuário e Calçado" (-10,7%) e "Químicos" (-10,1%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram descidas de 7,6% na componente "calçado", de 15,7% no "vestuário excepto de malha", e de 10,8% no "vestuário de malha".

Ponderando os pesos no total, foram os seguintes os contributos negativos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, por grupos de produtos (Figura 3.2 e Quadro 3.4):

"Máquinas" (-5,5 p.p.), "Minérios e metais" (-2,5 p.p.), "Material de Transporte" (-2,1 p.p.), "Energéticos" (-1,2 p.p.), "Vestuário e Calçado" (-1,1 p.p.), "Químicos" e "Madeira, Cortiça e Papel" (-1,0 p.p. cada), "Peles, Couros e Têxteis" (-0,6 p.p.), "Agro-alimentares" e "Produtos Acabados Diversos" (-0,3 p.p. cada).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos				
	Janeiro		anual		Janeiro		média anual 04-09**	últimos 12 meses		Janeiro	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010		VH	contrib. p.p.[1]	TVH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	2 432	2 572	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	-15.7	-15.7	5.8	5.8
000 Agro-Alimentares	296	283	7.9	12.3	12.2	11.0	8.9	-3.2	-0.3	-4.3	-0.5
100 Energéticos	92	180	2.9	5.4	3.8	7.0	13.0	-20.7	-1.2	95.7	3.6
200 Químicos	236	287	9.5	11.4	9.7	11.2	3.5	-10.1	-1.0	22.0	2.1
300 Madeira, Cortiça e Papel	206	227	9.1	9.0	8.5	8.8	-0.4	-12.4	-1.0	10.0	0.9
400 Peles, Couros e Têxteis	108	111	5.6	4.4	4.5	4.3	-4.6	-13.9	-0.6	2.3	0.1
500 Vestuário e Calçado	334	294	14.1	10.5	13.8	11.4	-5.9	-10.7	-1.1	-12.2	-1.7
600 Minérios e Metais	222	235	8.3	9.7	9.1	9.1	3.1	-23.0	-2.5	6.1	0.6
700 Máquinas	426	409	19.0	16.4	17.5	15.9	-3.1	-28.9	-5.5	-4.1	-0.7
800 Material de Transporte	282	329	15.4	12.3	11.6	12.8	-4.5	-17.4	-2.1	16.5	1.9
900 Produtos Acabados Diversos	230	219	8.2	8.6	9.5	8.5	1.0	-4.2	-0.3	-5.0	-0.5

Por memória:

Total sem energéticos	2 340	2 393	97.1	94.6	96.2	93.0	-0.7	-15.4	-14.5	2.2	2.2
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	------	-------	-------	-----	-----

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

** O ano de 2008 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2003.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2008 - 2ª versão do ano; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses, as expedições para o mercado comunitário decresceram 14,3%, cabendo reduções de 14,4% aos países da UE-15 e de 11,0% aos 12 Países do Alargamento. Por sua vez, as exportações para os Países Terceiros diminuíram 19,7% (Quadro 3.5).

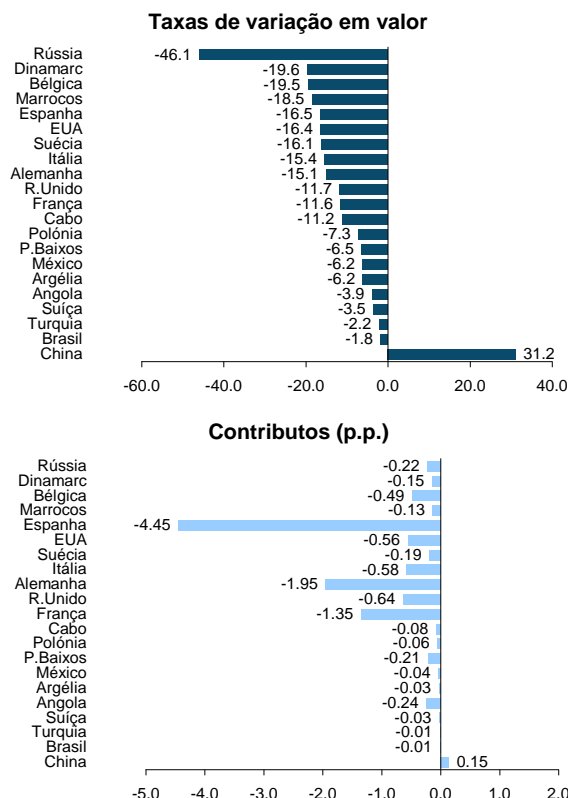
No contexto da UE-15 a descida foi generalizada a todos os principais mercados: Dinamarca (-19,6%), Bélgica (-19,5%), Espanha (-16,5%), Suécia (-16,1%), Itália (-15,4%), Alemanha (-15,1%), Reino Unido (-11,7%), França (-11,6%), e Países Baixos (-6,5%). Entre os Países do Alargamento refere-se a Polónia (-7,3%) (Figura 3.3).

Neste período, regista-se, entre os Países Terceiros, o incremento das exportações portuguesas para a China (+31,2%). Decresceram de forma relativamente pouco acentuada as exportações para o Brasil (-1,8%), Turquia (-2,2%), Suíça (-3,5%). Angola (-3,9%), México e Argélia (-6,2% cada). Quebras mais significativas ocorreram nas exportações para a Rússia (-46,1%), Marrocos (-18,5%), EUA (-16,4%) e Cabo Verde (-11,2%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos negativos, em termos de mercados de destino, para a taxa de variação das saídas de mercadorias (-15,7%), couberam a Espanha (-4,5 p.p.), Alemanha (-2,0 p.p.) e França (-1,4 p.p.) (Figura 3.3 e Quadro 3.5).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010



Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de euros

Destino	Janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]				
	2009	2010	anual		Janeiro		média anual 04-09*	12 meses [1]		Janeiro	
			2004	2009*	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	2 432	2 572	100.0	100.0	100.0	100.0	-0.2	-15.7	-15.7	5.8	5.8
Intra UE-27	1 860	1 985	80.7	73.4	76.5	77.2	-2.0	-14.3	-10.5	6.7	5.1
dos quais:											
UE-15	1 791	1 901	79.1	70.5	73.6	73.9	-2.4	-14.4	-10.2	6.1	4.5
Espanha	649	722	25.5	25.3	26.7	28.1	-0.3	-16.5	-4.5	11.4	3.0
Alemanha	341	322	13.4	13.5	14.0	12.5	0.0	-15.1	-2.0	-5.4	-0.8
França	323	337	13.8	11.8	13.3	13.1	-3.2	-11.6	-1.4	4.3	0.6
R.Unido	122	152	9.5	5.7	5.0	5.9	-9.9	-11.7	-0.6	24.4	1.2
Itália	95	101	4.3	3.7	3.9	3.9	-3.0	-15.4	-0.6	6.8	0.3
P.Baixos	83	99	4.0	3.6	3.4	3.9	-2.4	-6.5	-0.2	19.0	0.7
Bélgica	67	57	4.2	2.4	2.8	2.2	-10.5	-19.5	-0.5	-14.7	-0.4
Suécia	32	35	1.1	1.2	1.3	1.4	0.9	-16.1	-0.2	8.5	0.1
Dinamarca	24	19	0.8	0.7	1.0	0.7	-2.2	-19.6	-0.1	-23.1	-0.2
Alargamento	69	84	1.6	2.9	2.8	3.2	12.6	-11.0	-0.3	20.8	0.6
Polónia	19	24	0.5	0.9	0.8	0.9	12.7	-7.3	-0.1	27.5	0.2
Extra UE-27	572	588	19.3	26.6	23.5	22.8	6.4	-19.7	-5.2	2.8	0.7
dos quais:											
Angola	168	128	2.3	7.7	6.9	5.0	27.3	-3.9	-0.2	-23.9	-1.7
EUA	74	114	5.9	3.4	3.1	4.4	-10.3	-16.4	-0.6	52.9	1.6
Brasil	17	26	0.5	1.0	0.7	1.0	13.8	-1.8	0.0	54.7	0.4
Suíça	25	26	0.9	1.0	1.0	1.0	1.1	-3.5	0.0	2.4	0.0
Cabo Verde	13	16	0.5	0.8	0.6	0.6	9.8	-11.2	-0.1	17.3	0.1
China	8	16	0.3	0.8	0.3	0.6	17.0	31.2	0.1	109.3	0.4
Marrocos	9	13	0.5	0.7	0.4	0.5	8.4	-18.5	-0.1	43.7	0.2
México	6	8	0.2	0.7	0.3	0.3	23.4	-6.2	0.0	28.6	0.1
Turquia	10	12	0.6	0.7	0.4	0.5	3.2	-2.2	0.0	18.3	0.1
Argélia	26	12	0.1	0.7	1.1	0.5	36.3	-6.2	0.0	-54.4	-0.6
Por memória:											
Rússia	6	6	0.2	0.3	0.2	0.2	12.8	-46.1	-0.2	7.3	0.0
PALOP	192	156	0.0	0.0	7.9	6.1	24.0	-3.5	-0.3	-18.9	-1.5
EFTA	32	40	0.0	0.0	1.3	1.6	0.1	-6.6	-0.3	25.6	0.3

* O ano de 2009 na estrutura anual e na média anual 2004-2009 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2004.

[1] (Fev 09-Jan 10) / (Fev 08-Jan 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma redução de 17,0% (Quadro 3.6).

Ponderando os pesos no total das entradas, todos os grupos de produtos apresentaram contributos negativos: “Energéticos” (-5,8 p.p.), “Máquinas” (-3,5 p.p.), “Minérios e Metais” (-2,8 p.p.), “Material de Transporte” (-1,8 p.p.), “Agro-alimentares” (-0,9 p.p.), “Químicos” (-0,6 p.p.), “Têxteis, “Vestuário e Calçado” e “Peles, madeira, cortiça e papel” (-0,5% cada), e “Produtos acabados diversos” (-0,3 p.p.).

Em Janeiro de 2010, a UE-27 foi a origem de 74,7% das entradas de mercadorias, cabendo 72,0% aos países da UE-15 e 2,6% aos Países do Alargamento (Quadro 3.6). Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (32,2% do total), da Alemanha (10,9%) e de França (8,5%). Seguiram-se as de Itália (5,1%), dos Países Baixos (4,9%), do Reino Unido (3,7%), e da Bélgica (3,0%).

Entre os Países Terceiros (25,3% do total), assinalam-se as importações provenientes da China (2,7%), dos EUA (2,6%), da Nigéria (2,2%), dos EUA (1,7%), e do Brasil (2,0%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,7% do total das entradas.

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas variação e contributos				
	Janeiro		Anual		Janeiro		média anual 04-09**	12 meses [1]		Janeiro	
	2009	2010	2004	2009**	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	TVH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	3 977	3 842	100.0	100.0	100.0	100.0	0.3	-17.0	-17.0	-3.4	-3.4
Grupos de Produtos											
000-Agro-Alimentares	537	539	12.6	14.6	13.5	14.0	3.4	-7.2	-0.9	0.3	0.0
100-Energéticos	554	551	11.0	13.9	13.9	14.3	5.1	-35.0	-5.8	-0.6	-0.1
200-Químicos	576	601	13.9	15.3	14.5	15.6	2.3	-4.7	-0.6	4.3	0.6
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	185	187	5.0	4.4	4.7	4.9	-2.2	-12.1	-0.5	0.8	0.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	299	285	7.5	6.4	7.5	7.4	-2.8	-8.7	-0.5	-4.7	-0.4
500-Minérios e Metais	314	325	9.6	8.0	7.9	8.4	-3.2	-29.1	-2.8	3.3	0.3
600-Máquinas [3]	763	662	20.9	18.9	19.2	17.2	-1.7	-18.3	-3.5	-13.3	-2.5
700-Material de Transporte [4]	503	462	14.0	12.7	12.6	12.0	-1.6	-15.5	-1.8	-8.1	-1.0
800-Prod. Acabados Diversos	244	231	5.7	5.8	6.1	6.0	0.4	-5.6	-0.3	-5.5	-0.3
Total sem energéticos	3 422	3 291	89.0	86.1	86.1	85.7	-0.4	-13.4	-11.2	-3.8	-3.3
Mercados de origem											
Intra UE-27	3 088	2 868	78.0	76.3	77.7	74.7	-0.1	-12.5	-9.3	-7.1	-5.5
dos quais:											
UE-15	2 994	2 767	76.2	73.9	75.3	72.0	-0.3	-13.0	-9.4	-7.6	-5.7
Espanha	1 252	1 235	30.0	31.0	31.5	32.2	1.0	-12.7	-3.9	-1.3	-0.4
Alemanha	521	420	14.2	12.8	13.1	10.9	-1.8	-16.6	-2.1	-19.4	-2.5
França	309	327	9.3	8.8	7.8	8.5	-1.0	-11.9	-1.0	5.9	0.5
Itália	201	197	6.0	5.2	5.0	5.1	-2.7	-11.0	-0.6	-1.9	-0.1
P.Baixos	307	187	4.6	5.3	7.7	4.9	3.3	-10.2	-0.5	-39.2	-3.0
R.Unido	128	142	4.6	3.2	3.2	3.7	-6.7	-13.5	-0.4	10.7	0.3
Bélgica	109	114	2.9	2.9	2.7	3.0	0.2	-11.1	-0.3	4.5	0.1
Suécia	53	34	1.3	1.1	1.3	0.9	-2.3	-30.2	-0.4	-36.8	-0.5
Irlanda	35	35	0.8	1.0	0.9	0.9	4.6	-11.9	-0.1	-0.3	0.0
Alargamento	94	101	1.8	2.5	2.4	2.6	7.0	5.0	0.1	7.2	0.2
Extra UE-27	888	974	22.0	23.7	22.3	25.3	1.7	-29.4	-7.7	9.6	2.2
dos quais:											
Nigéria	85	85	1.5	2.7	2.1	2.2	12.7	-24.2	-0.7	-0.3	0.0
China	103	105	1.0	2.4	2.6	2.7	19.4	-16.2	-0.4	2.4	0.1
Brasil	31	77	1.9	1.9	0.8	2.0	0.7	-26.0	-0.5	146.9	1.2
EUA	76	102	2.3	1.9	1.9	2.6	-4.0	-9.5	-0.2	34.7	0.7
Noruega	31	46	1.2	1.3	0.8	1.2	2.0	-12.1	-0.1	47.7	0.4
Rússia	11	21	1.3	1.1	0.3	0.5	-3.0	45.9	0.3	93.6	0.3
Arábia Saud.	54	35	0.7	0.9	1.4	0.9	6.0	-44.6	-0.5	-35.9	-0.5
Líbia	16	35	0.8	0.7	0.4	0.9	-1.3	-60.1	-0.9	123.4	0.5
Suíça	23	27	0.7	0.7	0.6	0.7	1.7	-12.5	-0.1	16.9	0.1
Japão	36	26	1.4	0.6	0.9	0.7	-15.2	-52.2	-0.5	-26.8	-0.2
Turquia	26	25	0.8	0.6	0.6	0.6	-4.2	-22.6	-0.1	-4.6	0.0
Coreia SL	16	22	0.5	0.6	0.4	0.6	2.4	-9.5	0.0	38.9	0.2
Argélia	34	49	1.1	0.6	0.9	1.3	-10.9	-60.5	-0.7	42.6	0.4
Índia	23	25	0.4	0.6	0.6	0.6	8.8	-41.2	-0.3	6.7	0.0
OPEP[5]	267	297	4.9	6.4	6.7	7.7	5.9	-43.4	-3.8	11.1	0.7
EFTA	55	74	1.9	2.0	1.4	1.9	1.4	-13.3	-0.2	33.9	0.5
PALOP	44	55	0.1	0.4	1.1	1.4	38.5	-51.6	-0.4	23.5	0.3

* Somatório das “Chegadas” de mercadorias provenientes da UE com as “Importações” de Países Terceiros.

** O ano de 2009 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2004.

[1] (Fev 09-Jan 10) / (Fev 08-Jan 09) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores agrícolas.

[4] Inclui tractores agrícolas.

[5] Inclui Angola.

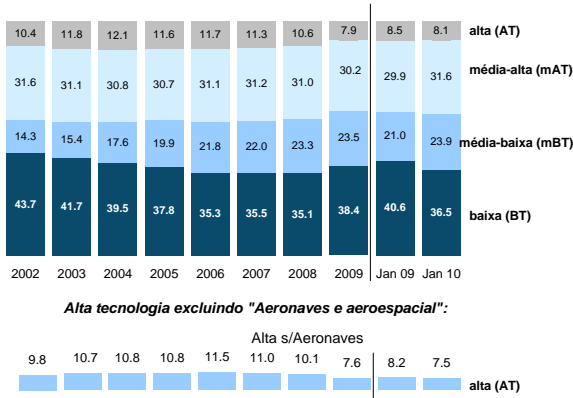
Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2009 - 1ª versão do ano; 2010 - versão preliminar.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com *dados de base declarados* do INE, que não incluem estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, em *Janeiro de 2010* registou-se, em termos homólogos, um acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 50,9% para 55,5% (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

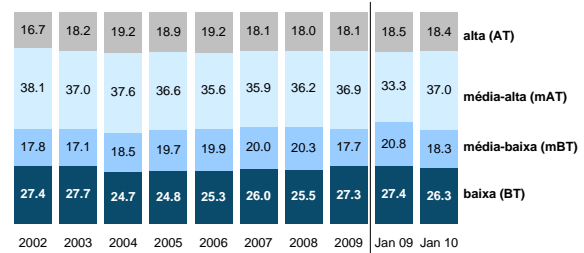
Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

O peso das saídas de produtos de *alta intensidade tecnológica* desceu de 8,5% para 8,1%, reflectindo uma descida de 0,6 p.p. no "Equipamento de rádio, TV e comunicações". Por sua vez, o peso das saídas dos produtos de *baixa intensidade tecnológica*, no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, desceu de 40,6% para 36,5%.

Na Figura 3.5 encontra-se representado o peso relativo das entradas dos produtos industriais transformados, por grau de intensidade tecnológica, desde 2002³.

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2002 a 2005-últimas versões; 2006-2ª versão; 2007-3ª versão; 2008-2ª versão; 2009-1ª versão do ano; 2010-versão preliminar).

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro		Taxas variação (%)			% do total prod. indust. transf.				Contributos ⁽¹⁾ (p.p.)			
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan 2010/09	2008	2009	Jan		2009	Jan 2010		
									2009	2010				
SÁIDAS*														
Total dos prod. indust. transformados	27 869 819	2 211 562	2 185 653	-0.4	-19.8	-1.2	100.0	100.0	100.0	100.0	-19.8	-1.2		
Alta tecnologia	2 209 164	188 319	176 566	-8.4	-40.3	-6.2	10.6	7.9	8.5	8.1	-4.3	-0.5		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 120 610	179 825	162 522	-6.8	-39.3	-9.6	10.1	7.6	8.2	7.5	-4.0	-0.8		
Média-alta tecnologia	8 419 708	660 798	690 012	-0.8	-21.8	4.4	31.0	30.2	29.9	31.6	-6.7	1.3		
Média-baixa tecnologia	6 539 132	464 919	521 471	5.5	-19.1	12.2	23.3	23.5	21.0	23.9	-4.5	2.6		
Baixa tecnologia	10 701 814	897 527	797 604	-1.0	-12.4	-11.1	35.1	38.4	40.6	36.5	-4.4	-4.5		
<i>Por memória:</i>														
Total das Saídas	29 351 210	2 302 305	2 300 837	-0.2	-20.1	-0.1	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.1	-0.1		
Residual	1 481 392	90 743	115 184	5.0	-25.1	26.9	5.4	5.0	3.9	5.0	-1.4	1.1		
ENTRADAS*														
Total dos prod. indust. transformados	38 934 890	3 086 805	2 794 851	0.3	-17.1	-9.5	100.0	100.0	100.0	100.0	-17.1	-9.5		
Alta tecnologia	7 049 317	571 415	513 118	-0.9	-16.8	-10.2	18.0	18.1	18.5	18.4	-3.0	-1.9		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 383 259	540 631	468 139	-0.9	-18.1	-13.4	16.8	16.7	17.7	17.0	-3.1	-2.4		
Média-alta tecnologia	14 370 206	1 026 742	1 035 146	-0.1	-15.5	0.8	36.2	36.9	33.3	37.0	-5.6	0.3		
Média-baixa tecnologia	6 887 266	642 367	511 269	-0.6	-27.7	-20.4	20.3	17.7	20.8	18.3	-5.6	-4.2		
Baixa tecnologia	10 628 101	846 280	735 319	2.3	-11.3	-13.1	25.5	27.3	27.4	26.3	-2.9	-3.6		
<i>Por memória:</i>														
Total das Entradas	46 493 968	3 741 426	3 411 205	0.3	-20.9	-8.8	100.0	100.0	100.0	100.0	-20.9	-8.8		
Residual	7 559 078	654 621	616 354	0.4	-35.7	-5.8	20.0	16.3	17.5	18.1	-7.1	-1.0		

* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ± 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2002 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - 2ª versão; 2009 - versão preliminar do ano; 2010 - versão preliminar).

³ Para maior detalhe consultar: "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" n.º 4/2010 - www.gee.min-economia.pt

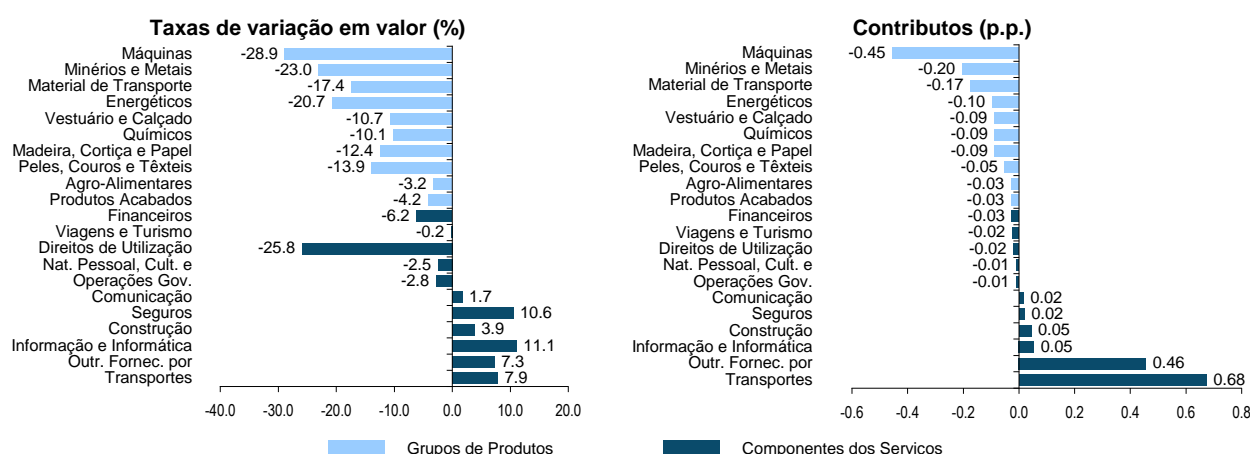
Comércio Internacional de Bens e Serviços

Dados da Balança de Pagamentos divulgados pelo Banco de Portugal para o mês de *Janeiro de 2010*, revelam que o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 30,3% do lado das “exportações” (crédito), e de 17,3% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses*, as “exportações” de Bens e Serviços diminuíram 0,2% em termos homólogos, resultado para o qual contribuíram negativamente os Bens (-1,3 p.p.), a par de um contributo positivo por parte dos Serviços (+1,1 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços. A distribuição do contributo das “exportações” de Bens pelos Grupos de Produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes

Últimos 12 meses a terminar em Janeiro de 2010



Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de euros

	Janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [1]				
			Anual		Janeiro		média anual 03-08	12 meses [2]		Janeiro	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010		TVH	contrib. p.p.[1]	TVH	contrib. p.p.[1]
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	3 608	3 661	100.0	100.0	100.0	100.0	2.8	-0.2	-0.2	1.5	1.5
Bens	2 453	2 550	71.6	65.8	68.0	69.7	1.0	-1.9	-1.3	4.0	2.7
Serviços	1 155	1 111	28.4	34.2	32.0	30.3	6.6	3.5	1.1	-3.8	-1.2
Transportes	334	309	5.5	8.7	9.2	8.4	12.6	7.9	0.7	-7.5	-0.7
Viagens e Turismo	363	375	14.9	14.5	10.1	10.2	2.2	-0.2	0.0	3.3	0.3
Comunicação	36	30	0.9	1.0	1.0	0.8	6.1	1.7	0.0	-17.5	-0.2
Construção	39	31	0.8	1.1	1.1	0.8	7.9	3.9	0.0	-21.6	-0.2
Seguros	10	7	0.3	0.2	0.3	0.2	-0.7	10.6	0.0	-36.2	-0.1
Financeiros	17	8	0.4	0.3	0.5	0.2	-3.1	-6.2	0.0	-52.1	-0.3
Informação e Informática	22	16	0.3	0.5	0.6	0.4	17.9	11.1	0.1	-26.9	-0.2
Direitos de Utilização	3	3	0.1	0.2	0.1	0.1	37.8	-25.8	0.0	0.7	0.0
Outr. Fornec. por Empresas	300	289	4.6	6.8	8.3	7.9	11.2	7.3	0.5	-3.4	-0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	18	23	0.4	0.5	0.5	0.6	7.8	-2.5	0.0	26.0	0.1
Operações Governamentais	13	21	0.4	0.4	0.4	0.6	1.5	-2.8	0.0	59.5	0.2
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	4 715	4 508	100.0	100.0	100.0	100.0	2.4	5.0	5.0	-4.4	-4.4
Bens	3 884	3 726	85.3	82.6	82.4	82.7	1.7	4.6	3.9	-4.1	-3.4
Serviços	831	782	14.7	17.4	17.6	17.3	5.9	7.0	1.1	-5.9	-1.0
Transportes	243	205	4.5	5.0	5.2	4.6	4.5	4.7	0.2	-15.6	-0.8
Viagens e Turismo	197	195	4.3	4.6	4.2	4.3	4.0	1.9	0.1	-1.1	0.0
Comunicação	36	30	0.6	0.8	0.8	0.7	8.3	5.2	0.0	-16.4	-0.1
Construção	11	6	0.2	0.2	0.2	0.1	-1.3	12.1	0.0	-43.5	-0.1
Seguros	17	29	0.4	0.3	0.4	0.7	-0.6	7.3	0.0	72.6	0.3
Financeiros	14	15	0.3	0.3	0.3	0.3	4.8	27.4	0.1	4.7	0.0
Informação e Informática	25	22	0.3	0.6	0.5	0.5	17.1	17.5	0.1	-12.0	-0.1
Direitos de Utilização	28	44	0.5	0.6	0.6	1.0	5.2	10.2	0.1	54.7	0.3
Outr. Fornec. por Empresas	203	186	2.7	3.9	4.3	4.1	9.9	14.4	0.5	-8.0	-0.3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	43	38	0.6	0.8	0.9	0.8	10.8	16.8	0.1	-13.0	-0.1
Operações Governamentais	13	11	0.3	0.2	0.3	0.3	-2.6	-20.8	0.0	-12.2	0.0

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.

Destaques

Previsões Macroeconómicas do FMI

Abril de 2010

O FMI divulgou, em Abril, novas projecções macroeconómicas para 2010 e 2011. Face às previsões de Outono de 2009, o PIB mundial foi revisto em alta para 2010 e 2011. Após uma recessão generalizada e acentuada, em 2009, das economias avançadas e um abrandamento do crescimento económico dos países emergentes e em desenvolvimento, a retoma da economia mundial tem vindo a evoluir melhor do que o anteriormente previsto. Para 2010, espera-se uma recuperação das economias emergentes, mais acentuada dos países asiáticos (China e Índia) enquanto a das economias avançadas, liderada pelos EUA, apresenta um crescimento menos forte.

Os efeitos da crise financeira internacional em termos económicos e sociais deverão permanecer durante alguns anos, nomeadamente ao nível da deterioração do mercado de trabalho e do agravamento da situação das finanças públicas. Em 2010, as políticas orçamental e monetária da generalidade das economias avançadas deve continuar a assentar no apoio a empresas e famílias no sentido de favorecer o crescimento económico e o emprego. Enquanto numa óptica de médio prazo, a diminuição do défice das Administrações Públicas e a redução da dívida pública permanecem como acções prioritárias das economias avançadas, estando previsto o primeiro destes indicadores situar-se, em 6,6% do PIB, em 2011, para a média das economias avançadas (-8,5%, em média, nos anos de 2009/10).

	PIB			Desvios face a Outono de 2009, em p.p.	
	(variação anual, em %)			2010	2011
	2009	2010	2011		
Economia Mundial	-0,6	4,2	4,3	1,1	0,1
Economias Avançadas	-3,2	2,3	2,4	1,0	-0,1
EUA	-2,4	3,1	2,6	1,6	-0,2
Japão	-5,2	1,9	2,0	0,2	-0,4
União Europeia	-4,1	1,0	1,8	0,5	0,0
Reino Unido	-4,9	1,3	2,5	0,4	0,0
Área do Euro	-4,1	1,0	1,5	0,7	0,2
Alemanha	-5,0	1,2	1,7	0,9	0,2
França	-2,2	1,5	1,8	0,6	0,0
Itália	-5,0	0,8	1,2	0,6	0,5
Espanha	-3,6	-0,4	0,9	0,3	0,0
Portugal	-2,7	0,3	0,7	-0,1	:
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	2,4	6,3	6,5	1,2	0,4
Rússia	-7,9	4,0	3,3	2,5	0,3
China	8,7	10,0	9,9	1,0	0,2
Índia	5,7	8,8	8,4	2,4	1,1
Brasil	-0,2	5,5	4,1	2,0	0,6

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

Associado à expectativa de uma recuperação económica mais cedo do que a inicialmente prevista, a taxa de inflação foi revista em alta, devendo acelerar em 2010 e 2011, embora permanecer fraca para a maioria das economias avançadas.

Taxa de Inflação e Preço das Matérias-Primas

	(variação anual, em %)			Desvios face a Outono de 2009, em p.p.
				2010
	2009	2010	2011	
Economias Avançadas	0,1	1,5	1,4	0,4
EUA	-0,3	2,1	1,7	0,4
Japão	-1,4	-1,4	-0,5	-0,6
União Europeia	0,9	1,5	1,5	0,4
Reino Unido	2,2	2,7	1,6	1,2
Área do Euro	0,3	1,1	1,3	0,3
Alemanha	0,1	0,9	1,0	0,7
França	0,1	1,2	1,5	0,1
Itália	0,8	1,4	1,7	0,5
Espanha	-0,3	1,2	1,0	0,3
Portugal	-0,9	0,8	1,1	-0,2
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,2	6,2	4,7	1,3
Rússia	11,7	7,0	5,7	-2,9
China	-0,7	3,1	2,4	2,5
Índia	10,9	13,2	5,5	4,8
Brasil	4,9	5,1	4,6	1,0
<i>em memória:</i>				
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	61,8	80,0	83,0	3,5
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	-18,7	13,9	-0,5	11,5

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

Ainda de acordo com as mesmas projecções, num contexto de recuperação da procura externa, o crescimento económico da área do euro (AE) nos anos de 2010 e 2011 deverá assentar sobretudo no fortalecimento das exportações, estando o contributo das exportações líquidas previsto aumentar para +0,6 p.p., em média, nestes dois anos (-0,7 p.p. em 2009).

A procura interna deverá melhorar mas manter um fraco crescimento neste período, devido, em parte, às perspectivas menos favoráveis do mercado de trabalho e à subida das taxas de juro com impacto nas empresas e famílias mais endividadas reflectindo a existência de condições mais restritivas na concessão do crédito do que no período anterior à crise financeira internacional. De facto, o investimento da AE deverá continuar a diminuir, em 2010, em torno de 0,4%, e só deverá apresentar um valor positivo em 2011 (1,9%).

Associado à lenta recuperação económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando previsto uma subida da taxa de desemprego para 10,5% para a AE, em média, nestes dois anos. Neste domínio, convém destacar que, no conjunto da área do euro, para 2010, o FMI prevê uma subida significativa da taxa de desemprego na Grécia (+2,6 p.p.) e Irlanda (+1,7 p.p.).

Taxa de Desemprego

	(Em % da População Activa)			Desvios face a Outono de 2009, em p.p.
	2009	2010	2011	
Economias Avançadas	8,0	8,4	8,0	-0,9
EUA	9,3	9,4	8,3	-0,7
Japão	5,1	5,1	4,9	-1,0
Área do Euro	9,4	10,5	10,5	-1,2
Alemanha	7,4	8,6	9,3	-2,1
França	9,4	10,0	9,9	-0,3
Itália	7,8	8,7	8,6	-1,8
Espanha	18,0	19,4	18,7	-0,8
Portugal	9,5	11,0	10,3	0,0
Bélgica	8,0	9,3	9,4	-0,6
Irlanda	11,8	13,5	13,0	-2,0
Grécia	9,4	12,0	13,0	1,5
Chipre	5,3	6,1	6,4	0,2
Malta	7,1	7,3	7,2	-0,3
Luxemburgo	7,0	6,2	5,7	0,2
Países Baixos	3,5	4,9	4,7	-1,7
Áustria	5,0	5,4	5,5	-1,0
Eslovénia	6,2	7,4	6,8	1,3
Finlândia	8,3	9,8	9,6	0,0
Eslováquia	12,1	11,6	10,7	1,3
Alguns Países da União Europeia, dos quais:				
Reino Unido	7,5	8,3	7,9	-1,0
Dinamarca	3,3	4,2	4,7	0,0
Suécia	8,5	8,2	7,7	0,0
Rep. Checa	6,7	8,8	8,5	-1,0

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Abril 2010.

A implementação de medidas de relançamento das economias vai, entretanto, originar uma deterioração da situação das finanças públicas, estando previsto um défice em torno dos 6,5% do PIB, em média, na área do euro no conjunto dos anos de 2010 e 2011 (6,3% do PIB, em 2009). Da mesma forma, a dívida pública em percentagem do PIB deve aumentar para cerca de 86%, em média, nos anos de 2010 e 2011 (78,3% em 2009).

Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª Notificação de 2010

No dia 22 de Abril de 2010, o Eurostat divulgou os resultados da primeira notificação de 2010, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos para os países da União Europeia, em consonância, para o caso de Portugal, com os já anteriormente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, a 29 de Março de 2010.

O Quadro 1 apresenta os principais indicadores orçamentais para Portugal. O défice e a dívida pública situaram-se, em 2009, em, 9,4% e 76,8% do PIB, respectivamente.

Quadro 1: Contas das Administrações Públicas
(% do PIB)

	2006	2007	2008	2009
Receita Total	42,3	43,2	43,2	41,6
Receita Corrente	41,2	42,3	42,3	40,7
Receita Fiscal	24,2	24,8	24,5	22,2
Receita Contributiva	12,5	12,7	12,9	13,7
Outras receitas correntes	4,5	4,8	4,8	4,8
Receita de Capital	1,1	0,9	0,9	0,9
Despesa Total	46,3	45,7	46,1	51,0
Despesa Corrente	42,9	42,3	43,2	47,0
Despesas com pessoal	13,6	12,9	12,9	13,7
Prestações Sociais que não em espécie	15,1	15,2	15,6	17,2
Juros	2,7	2,8	2,9	2,8
Outras despesas correntes	11,4	11,4	11,8	13,2
Despesa de Capital	3,4	3,5	2,8	4,0
Saldo Global	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4
Saldo Primário	-1,2	0,2	0,1	-6,6
<i>Em memória:</i>				
Despesa Total Primária	43,5	42,9	43,2	48,1
Despesa Corrente Primária	40,1	39,4	40,3	44,2
Dívida Pública	64,7	63,6	66,3	76,8

Fonte: INE, Março de 2010.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 1), até 2007, constatam-se diminuições da despesa corrente primária, demonstrando o esforço de consolidação orçamental. Contudo, em 2008 e 2009, a despesa corrente primária aumentou 0,9 p.p. e 3,8 p.p., respectivamente, reflectindo, em particular, o aumento da despesa em prestações sociais que não em espécie (como, por exemplo, o subsídio de desemprego) e das despesas com pessoal no ano de 2009. Até 2008 a componente que mais contribuiu para o controlo da despesa foi a despesa com pessoal, apresentando uma trajectória decrescente nesse período.

No que concerne à receita, os aumentos na receita fiscal e contributiva até 2007 prenderam-se não só com o contributo positivo dado pela evolução da economia mas também com o melhoramento da eficiência e eficácia nos sistemas de cobrança, permitindo superar os resultados inicialmente previstos. O efeito da recessão bem como das medidas discricionárias entretanto tomadas conduziram a quebras na receita fiscal de 0,3 p.p. e de 2,3 p.p do PIB, em 2008 e 2009, respectivamente.

A consolidação orçamental possibilitou alcançar em 2007, um ano antes do previsto pelo Governo, um défice orçamental inferior ao valor de referência de 3% do PIB.

No contexto da União Europeia, na generalidade dos estados membros, o abrandamento da actividade económica e as medidas implementadas para estabilizarem o sistema financeiro, originaram um agravamento nos saldos orçamentais e da dívida pública em 2008 e 2009. Assim, o défice orçamental da União Europeia aumentou de 0,8% do PIB, em 2007, para 6,8%, em 2009 (Quadro 2) e na área do euro, observou-se um aumento do défice de 0,6% para 6,3% do PIB. Com excepção de Malta e da Estónia, todos os restantes países, que constituem a UE, apresentaram agravamentos nos respectivos saldos orçamentais em 2009. De acordo com o Quadro 2, e contrariamente ao observado nos anos anteriores, nenhum dos 27 países apresenta um excedente orçamental, sendo na Irlanda, Chipre, Reino Unido, Finlândia, Dinamarca, Países Baixos e Grécia onde se verificam os agravamentos mais significativos.

Quadro 2: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia
(% do PIB)

	Saldo Orçamental				Dívida Pública				Ajustamento Défice-Dívida			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
União Europeia	-1,4	-0,8	-2,3	-6,8	61,4	58,8	61,6	73,6	0,28	0,51	3,3	1,06
Área do euro	-1,3	-0,6	-2,0	-6,3	68,3	66,0	69,4	78,7	0,22	0,46	3,25	0,81
Bélgica	0,3	-0,2	-1,2	-6,0	88,1	84,2	89,8	96,7	0,68	0,31	6,77	-0,92
Alemanha	-1,6	0,2	0,0	-3,3	67,6	65,0	66,0	73,2	0,41	0,50	2,74	1,52
Irlanda	3,0	0,1	-7,3	-14,3	24,9	25,0	43,9	64,0	2,76	1,90	10,59	0,89
Grécia	-3,6	-5,1	-7,7	-13,6	97,8	95,7	99,2	115,1	1,33	-0,21	0,93	1,61
Espanha	2,0	1,9	-4,1	-11,2	39,6	36,2	39,7	53,2	1,86	1,07	0,67	0,93
França	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	63,7	63,8	67,5	77,6	-2,02	0,40	2,13	1,51
Itália	-3,3	-1,5	-2,7	-5,3	106,5	103,5	106,1	115,8	1,34	-0,36	1,35	1,09
Chipre	-1,2	3,4	0,9	-6,1	64,6	58,3	48,4	56,2	-0,98	2,95	-4,39	0,90
Luxemburgo	1,4	3,6	2,9	-0,7	6,5	6,7	13,7	14,5	2,50	4,37	10,20	-0,52
Malta	-2,6	-2,2	-4,5	-3,8	63,7	61,9	63,7	69,1	-4,55	0,15	-0,13	1,80
Países Baixos	0,5	0,2	0,7	-5,3	47,4	45,5	58,2	60,9	-1,34	0,66	15,49	-5,24
Áustria	-1,5	-0,4	-0,4	-3,4	62,2	59,5	62,6	66,5	-0,06	0,17	5,07	-0,70
Portugal	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4	64,7	63,6	66,3	76,8	-0,23	-0,64	1,18	0,07
Eslovénia	-1,3	0,0	-1,7	-5,5	26,7	23,4	22,6	35,9	0,42	-0,57	-0,88	6,35
Finlândia	4,0	5,2	4,2	-2,2	39,7	35,2	34,2	44,0	4,04	3,81	4,09	4,98
Eslováquia	-3,5	-1,9	-2,3	-6,8	30,5	29,3	27,7	35,7	-3,60	0,23	-1,47	-0,50
Bulgária	3,0	0,1	1,8	-3,9	22,7	18,2	14,1	14,8	0,36	-1,53	0,49	-3,27
República Checa	-2,6	-0,7	-2,7	-5,9	29,4	29,0	30,0	35,4	-0,68	1,46	-0,52	-1,04
Dinamarca	5,2	4,8	3,4	-2,7	32,1	27,4	34,2	41,6	1,48	1,20	10,94	3,03
Estónia	2,5	2,6	-2,7	-1,7	4,5	3,8	4,6	7,2	3,10	2,63	-1,82	0,09
Letónia	-0,5	-0,3	-4,1	-9,0	10,7	9,0	19,5	36,1	0,14	0,64	7,25	3,12
Lituânia	-0,4	-1,0	-3,3	-8,9	18,0	16,9	15,6	29,3	1,56	0,77	-2,67	1,64
Hungria	-9,3	-5,0	-3,8	-4,0	65,6	65,9	72,9	78,3	-0,85	-0,50	6,02	0,07
Polónia	-3,6	-1,9	-3,7	-7,1	47,7	45,0	47,2	51,0	0,43	0,10	1,93	-0,91
Roménia	-2,2	-2,5	-5,4	-8,3	12,4	12,6	13,3	23,7	-3,05	-0,18	-2,27	1,47
Suécia	2,5	3,8	2,5	-0,5	45,7	40,8	38,3	42,3	0,36	1,28	1,17	2,27
Reino Unido ^(a)	-2,7	-2,8	-4,9	-11,5	43,5	44,7	52,0	68,1	0,62	0,63	3,98	2,61

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 22 de Abril de 2010.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

Também na dívida pública se notam os efeitos da deterioração da situação orçamental, quer devido ao aumento das necessidades de financiamento e à aquisição líquida de activos financeiros (em particular nos países com maiores intervenções de estabilização do sistema financeiro), quer ao menor crescimento nominal do PIB, na União Europeia. Estes efeitos reflectiram-se na dinâmica da dívida pública, aumentando o seu peso no PIB, entre 2007 e 2009, de 58,8% para 73,6% na UE e de 66% para 78,7%, na área do euro. Constata-se, igualmente, um aumento do número de Estados-membros cujos rácios da dívida foram superiores ao valor de referência (60%), sendo agora 12: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta, Reino Unido, Áustria, Irlanda e Países Baixos.

Relativamente ao ajustamento défice-dívida, Portugal é um dos países que apresenta menor valor de ajustamento. Mesmo em 2008, ano em que os valores foram mais elevados para a maioria dos países em reflexo das operações de intervenção no sistema financeiro, Portugal apresentou um valor de apenas 1 p.p. do PIB, contribuindo para este resultado o Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado.

Artigos

Em Análise

Eficiência e Eficácia da Despesa Pública no Ensino Superior

Ana Oliveira*

Luiza Corrêa de Mello**

Resumo

A investigação teórica e empírica sugere que o crescimento económico potencial pode ser impulsionado através de despesa pública orientada para o investimento, quer seja em capital humano (através de despesa em educação e saúde), progresso técnico (despesa em investigação e desenvolvimento) ou em capital físico (infra-estruturas públicas essenciais).

A Comissão Europeia (CE) tem analisado as componentes da despesa pública que mais contribuem para o crescimento económico e potencial. Neste âmbito, foi elaborado recentemente um estudo sobre a eficiência e a eficácia da despesa pública no ensino superior, com dados para o período de 1998 a 2005, concluindo que a eficiência da despesa pública no ensino superior é influenciada positivamente pela qualidade do ensino secundário e pelo sistema de organização do ensino superior baseado em regras de financiamento fundamentadas nos resultados, na existência de avaliação das instituições e de políticas autónomas de recrutamento. O estudo também sugere uma relação positiva entre a despesa no ensino superior, quando esta é eficiente, e a produtividade do trabalho e empregabilidade dos diplomados, concluindo que a despesa pública no ensino superior, sendo eficiente e eficaz, é impulsionadora do crescimento económico potencial.

O presente artigo aborda os principais resultados deste estudo para o ensino superior português, actualizando a informação analisada para o período mais recente.

1. Introdução

A qualidade das finanças públicas enquanto factor impulsionador do crescimento económico tem recebido crescente atenção no seio da União Europeia. Ao contrário do debate passado centrado no impacto de curto prazo da política orçamental na procura agregada, actualmente a ênfase mudou para a análise do contributo das finanças públicas para o crescimento potencial da economia. Em termos globais, esta mudança reflecte a necessidade das economias europeias se prepararem para um desafio dual: o envelhecimento da população, que colocará pressões adicionais nas finanças públicas, e a globalização, que aumenta a concorrência internacional, a mobilidade dos factores e, potencialmente, a exposição a choques externos (de que constitui exemplo a recente crise financeira internacional).

Neste âmbito, é importante analisar a eficiência e a eficácia da despesa pública e a sua composição, para um melhor conhecimento das componentes da despesa que mais contribuem para o crescimento económico potencial, visando melhorar a qualidade das finanças públicas. A investigação teórica e empírica sugere que o crescimento económico potencial pode ser impulsionado através de despesa pública orientada para o investimento, quer seja em capital humano (através de despesa em educação e saúde), progresso técnico (despesa em investigação e desenvolvimento (I&D)) ou infra-estruturas públicas essenciais. Contudo, a evidência também sugere que a relação entre o montante da despesa nestas áreas e o crescimento económico não é automática, dependendo largamente da capacidade de alcançar os *outcomes* visados (e.g. maiores taxas de sucesso na educação, maior competitividade da

*Técnicas do GPEARI-MFAP. **Representante do MFAP no Grupo de Trabalho da Qualidade das Finanças Públicas, do Comité de Política Económica da União Europeia.

As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade das autoras podendo não coincidir com as da instituição que representa. Todos os erros e omissões são da responsabilidade das autoras.

economia) (OCDE, 2010). Deste modo, aumentar a eficiência e a eficácia da despesa pública é essencial para maximizar o *value for money* da despesa pública e criar margem orçamental para fazer face a outras pressões, como por exemplo, a decorrente do envelhecimento populacional.

Neste quadro, a Comissão Europeia (CE) e o Grupo de Trabalho da Qualidade das Finanças Públicas (GTQFP) do Comité de Política Económica da União Europeia, têm analisado as componentes da despesa pública que mais contribuem para o crescimento económico potencial, designadamente, a despesa em I&D¹ e, mais recentemente, a despesa no ensino superior. Relativamente a esta última, foi elaborado por St. Aubyn et al. (2009) um estudo quantitativo sobre os determinantes da eficiência e eficácia da despesa pública no ensino superior, apresentado no GTQFP, e mais recentemente, ainda no mesmo Grupo de Trabalho num contexto de um *peer review*², iniciou-se a análise qualitativa aos sistemas de ensino superior dos Estados-membros com vista à identificação e disseminação de boas práticas.

O estudo referido e a análise qualitativa do *peer review* serviram de base ao presente artigo, actualizando-se alguns indicadores para o caso português. Assim, na secção 2, é feita uma breve descrição do estudo de St. Aubyn et al. (2009), o qual abrange o período de 1998 a 2005, apresentando os conceitos, variáveis e metodologias, e as principais conclusões sobre a eficiência e eficácia do ensino superior e seus determinantes. O ensino superior português é abordado separadamente na secção 3, onde, após uma breve caracterização e uma apresentação dos principais resultados do estudo de St. Aubyn et al. (2009), é analisada a evolução mais recente das variáveis utilizadas na análise da eficiência e eficácia da despesa pública. Na secção 4, são feitas algumas considerações finais.

2. Análise da eficiência e eficácia da despesa pública no ensino superior – Estudo de St. Aubyn

2.1. Conceitos, variáveis e metodologias

A análise da eficiência e da eficácia efectuada por St. Aubyn et al. (2009) utiliza indicadores para os *inputs*, *outputs*, *outcomes* e factores ambientais do ensino superior, tal como exposto na Figura 1.

Conceitos

A eficiência deriva da relação entre os recursos utilizados (*inputs*) e o que é produzido (*outputs* ou resultados), sendo que a eficiência é maior quanto maior o *output* para um dado *input* ou menor o *input* para um dado *output*. A eficiência pode ser condicionada por factores institucionais ou estruturais específicos a cada país (factores ambientais ou exógenos).

A eficácia mede a relação entre os *inputs* ou os *outputs* e os objectivos pretendidos (*outcomes*).

Variáveis

Como *inputs* do ensino superior, o estudo utiliza o número de docentes, o número de alunos e a despesa das instituições do ensino superior.

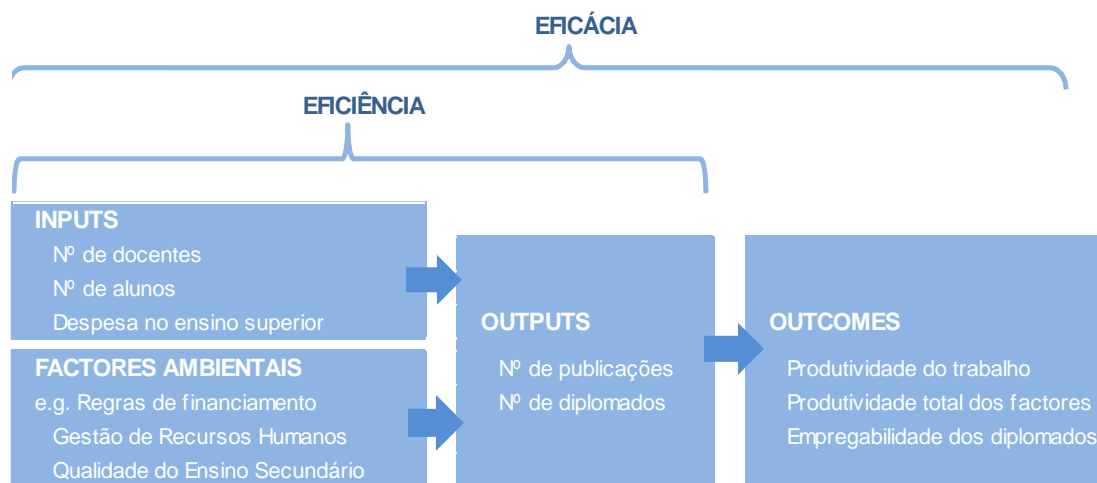
Como factores ambientais ou exógenos são considerados algumas características das instituições do ensino superior como as regras de financiamento, a avaliação e a política de gestão de recursos humanos. Também foi considerada a qualidade do ensino secundário (medida através dos resultados

¹ Conte, A. e P. Schweizer, A. Dierx e F. Ilzkovitz (2009). An analysis of the efficiency of public spending and national policies in the area of R&D. European Commission Occasional Papers n.54.

² Processo de submeter um trabalho, investigação ou análise sobre uma dada área ao escrutínio de uma comunidade de representantes de cada Estado-membro, especialistas nessa mesma área.

PISA³) por se considerar que uma maior qualificação dos estudantes do ensino secundário irá repercutir-se positivamente na eficiência do sistema de ensino superior.

Figura 1. Variáveis Seleccionadas na Análise da Eficiência e da Eficácia do Ensino Superior



Fonte: St. Aubyn et al. (2009).

Como *outputs*, e uma vez que o sistema de ensino superior deve produzir e disseminar conhecimento, através do ensino e da investigação, são utilizados o número de diplomados⁴ (*output* do ensino) e o número de publicações (*output* da investigação). Para captar a qualidade do ensino superior, o *output* do ensino é ponderado pelo indicador *recruiter review*, que mede a empregabilidade dos diplomados percebida pelos empregadores, e pelo indicador *peer review*, que mede a qualidade das instituições segundo a percepção dos docentes, enquanto a qualidade das publicações é medida pelo número de citações (índice de citação ISI⁵).

Estes *outputs* deverão concorrer para a produtividade, para a empregabilidade e para a inovação, sendo estes os *outcomes* do ensino superior, que por sua vez contribuem para o crescimento económico potencial. A relação positiva entre a despesa e os *outcomes* mede a eficácia dos sistemas de ensino superior.

Os dados utilizados pelo estudo para os *inputs*, recursos financeiros e *outputs* do ensino superior estão em unidades *per capita*, de modo a permitir uma comparação adequada entre países, reportam-se ao período entre 1998 e 2005, e pertencem maioritariamente à Online Education Database da OCDE tendo sido complementados com dados do Eurostat. Foram ainda utilizadas outras bases de dados para variáveis mais específicas.

A amostra abrange as instituições do ensino superior públicas e as instituições privadas (instituições administradas directa ou indirectamente por uma organização não governamental e cujo financiamento obtido através do Orçamento do Estado seja superior a 50%), dos Estados-membros da União Europeia (exceptuando-se o Luxemburgo), e ainda do Japão e dos Estados Unidos da América (EUA).

Metodologia

A eficiência da despesa no ensino superior foi medida através de dois métodos distintos: um método semi-paramétrico, baseado num primeiro passo no *Data Envelopment Analysis* (DEA) e num segundo passo numa regressão dos *scores* de eficiência obtidos no primeiro passo sobre os factores explicativos

³ O Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) da OCDE é um estudo feito a alunos com 15 anos de idade cujo objectivo é avaliar os seus conhecimentos, aptidões e outras características na área da leitura, matemática e ciência.

⁴ Neste contexto, o conceito de diplomados engloba licenciados, mestres e doutorados pelas instituições de ensino superior.

⁵ O índice de citação ISI é publicado na base de dados do *Web of Knowledge* do *Institute for Scientific Information* (ISI), calculado com base nos papers divulgados em publicações académicas.

da eficiência; e o método *Stochastic Frontier Analysis* (SFA), que consistiu numa regressão dos custos totais do ensino superior nos *outputs* considerados (Caixa 1). Os resultados obtidos pelos dois métodos conduzem, grosso modo, às mesmas conclusões.

A eficácia foi medida através da estimação de regressões econométricas. Adicionalmente foi analisada a relação entre a eficiência da despesa e a produtividade do trabalho de forma a averiguar se a eficiência contribui para a eficácia do sistema de ensino superior.

Caixa 1. Medição da eficiência

As metodologias para a medição da eficiência podem ser classificadas em duas grandes categorias:

Indicadores de desempenho

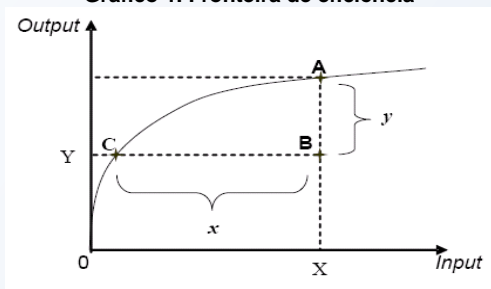
Consiste na utilização de indicadores individuais ou compósitos que medem aspectos particulares da entidade avaliada (ex. produtividade média).

Principal crítica → escolha subjectiva de indicadores e utilização de ponderadores arbitrários.

Métodos de fronteira

Esta abordagem assenta no conceito de fronteira de eficiência (ilustrado no Gráfico 1) permitindo a obtenção de um indicador global de eficiência. A estimação empírica envolve: a estimação da fronteira de eficiência e o cálculo do desvio de cada entidade em relação a essa referência.

Gráfico 1. Fronteira de eficiência



Sejam A, B e C entidades (e.g. países ou instituições):

→ A e B apresentam o mesmo nível de *input* X (e.g. despesa pública) mas A alcança um maior nível de *output*; A é considerado mais eficiente do que B.

→ A e C encontram-se na fronteira de eficiência, significa que estão a produzir o nível máximo de *output* que é possível dados os recursos disponíveis.

→ B pode tornar-se mais eficiente por duas vias: aumentando o seu *output* em *y*, para o nível de A (*output-efficiency*), ou diminuindo o seu *input* em *x*, para o nível de C (*input-efficiency*).

Existem várias técnicas de estimação da eficiência baseadas no conceito de fronteira, assentes em métodos paramétricos e não paramétricos:

Métodos paramétricos

Empregam técnicas econométricas, admitindo a possibilidade da entidade estar sujeita a factores aleatórios exógenos ao incluir um termo de erro que engloba duas componentes: a ineficiência e o resíduo estatístico.

Limitação → a especificação *a priori* da forma funcional da fronteira de eficiência e da distribuição do termo de erro, condicionando a análise de eficiência.

Técnica mais frequentemente utilizada → **Fronteira Estocástica** (SFA - *Stochastic Frontier Analysis*).

Métodos não-paramétricos ou semi-paramétricos

Através de um método de programação matemática constrói-se uma fronteira de eficiência usando dados de *input/output* para toda a amostra. A fronteira constitui um *benchmark* relativamente ao qual as entidades avaliadas podem medir os seus potenciais ganhos de eficiência pela distância a que se encontram da mesma.

Vantagem → transparência e facilidade de lidar com múltiplos *outputs*; esta abordagem não requer pressupostos acerca da forma funcional específica da função de produção.

Desvantagem → natureza determinística da abordagem; os resultados dependem fortemente da composição e dimensão da amostra assim como da selecção das variáveis de *input* e *output* usadas; os métodos não-paramétricos tendem a ser sensíveis a erros de medição, ruído estatístico e *outliers*.

Técnica mais frequentemente utilizada → **Data Envelopment Analysis (DEA)**.

2.2. Principais conclusões

O sistema de ensino superior é mais eficiente num grupo de países, destacando-se o Reino Unido e os Países Baixos...

A Suécia, a Finlândia, os Países Baixos, a Irlanda, o Reino Unido, e ainda o Japão são os países que surgem na fronteira de eficiência, quer os resultados sejam obtidos pelo modelo DEA ou pelo modelo SFA (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2. Resultados de Eficiência - Modelo SFA (média para o período 1998-2005)

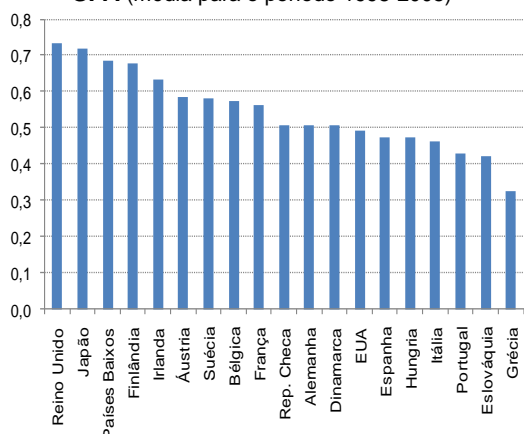
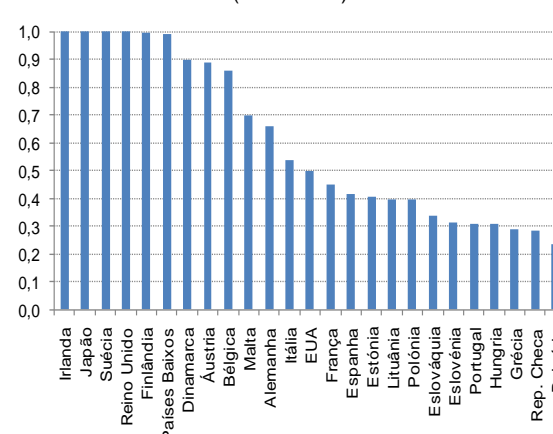


Gráfico 3. Coeficiente de Eficiência - Modelo DEA (2002-2005)



Legenda: A fronteira de eficiência é alcançada quando o resultado é igual a 1, e um país é menos eficiente quanto mais longe de 1 e mais perto de 0 esteja o seu resultado.

Nota: Dados não disponíveis nos dois gráficos para Chipre, Letónia, Roménia e Luxemburgo; e, adicionalmente, no gráfico 2, para Bulgária, Estónia, Lituânia, Malta, Polónia e Eslovénia.

Fonte: St. Aubyn et al. (2009).

Em alguns casos esse resultado deve-se essencialmente à excelente produção científica (Suécia, Finlândia e Países Baixos), enquanto o Reino Unido apresenta um bom desempenho quer no ensino quer na investigação usando um número menor de recursos (ou seja, número de docentes abaixo da média da amostra).

...enquanto ineficiências importantes são reconhecidas noutros países

Em contraste, a França, a Alemanha e a Itália, e alguns países do sul e leste europeu, como sejam, a República Checa, Grécia, Portugal e Eslováquia, e ainda os EUA, apresentam um sistema de ensino superior que, em termos relativos, é considerado menos eficiente. Regra geral, nestes países, o número de diplomados está abaixo da média da amostra, e a produção científica é baixa em quantidade e qualidade.

Factores institucionais do sistema de ensino superior e a qualidade do ensino secundário são determinantes da eficiência

Os factores que mais contribuem para a eficiência do sistema de ensino superior estão relacionados com a qualidade do ensino secundário e com factores institucionais do sistema de ensino superior, nomeadamente:

- Regras de financiamento dependentes de *outputs*;
- Avaliação das instituições; e
- Autonomia e flexibilidade na política de gestão dos recursos humanos.

Deste modo, o estudo sugere que as reformas institucionais do ensino superior devem focar-se num sistema de financiamento relacionado com o desempenho das instituições, medido pelo *output* produzido

(e não pelos *inputs* utilizados ou por tendências históricas), na promoção de prestação de contas (*accountability*), e no aumento da concorrência através da autonomia da política de recursos humanos das instituições do ensino superior.

A eficiência impulsiona a eficácia

O estudo demonstra que há uma relação positiva entre a despesa do ensino superior e a produtividade do trabalho e total dos factores. Contudo, essa relação só é efectiva quando a despesa é eficiente. Adicionalmente, o estudo conclui pela existência de uma relação positiva entre eficiência no ensino superior e empregabilidade. A taxa de desemprego dos diplomados do ensino superior é mais baixa que a dos indivíduos com apenas educação secundária, e esta diferença acentua-se quando o ensino superior público é mais eficiente.

As conclusões globais do estudo St. Aubyn et al. (2009) devem, no entanto, ser relativizadas tendo em conta as várias limitações reconhecidas no estudo, como seja o facto de o horizonte temporal dos dados ser reduzido conduzindo a que a modelização de dados em painel não tenha em conta efeitos dinâmicos.

Acresce que o facto de o período considerado na análise terminar em 2005 condiciona as conclusões, uma vez que não capta importantes desenvolvimentos estruturais e institucionais recentes que poderiam influenciar os resultados do estudo, designadamente, o Processo de Bolonha, desencadeado em 1999 na União Europeia, com o objectivo de aumentar a competitividade internacional do sistema europeu do ensino superior.

3. O sistema de ensino superior português

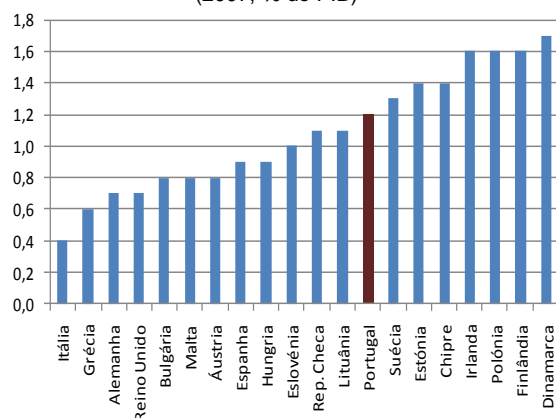
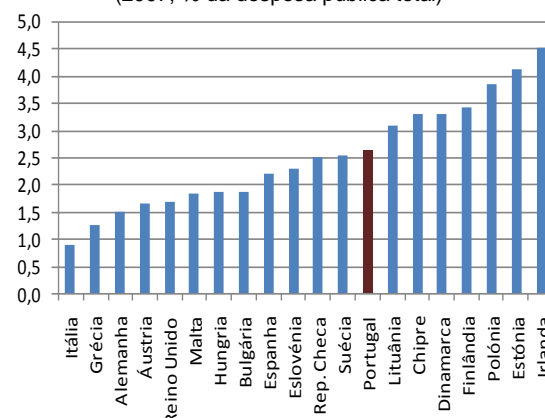
3.1. Breve caracterização

O ensino superior português caracteriza-se por ser um sistema binário, integrando universidades e institutos politécnicos, quer públicos quer privados. As universidades estão orientadas para a formação académica combinando o ensino e a investigação, enquanto os institutos politécnicos estão direccionados para a formação vocacional e técnica avançada, tendo uma orientação profissional.

No estudo de St. Aubyn et al. (2009) foram somente consideradas as instituições públicas no caso de países com um sistema de ensino superior binário, como é o caso de Portugal.

O financiamento através do Orçamento do Estado é a principal fonte de financiamento das instituições de ensino superior portuguesas. A segunda fonte de financiamento é a receita própria (excluindo propinas) que tem vindo a adquirir um papel mais proeminente nos últimos anos e que, num grande número das instituições, contribui com cerca de um quarto das verbas, sendo as propinas a terceira fonte de financiamento.

A despesa pública no ensino superior em Portugal representava, em 2007, 1,2% do PIB e 2,6% da despesa pública total, valores em linha com a média europeia (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4. Despesa Pública no Ensino Superior (2007, % do PIB)**Gráfico 5. Despesa Pública no Ensino Superior (2007, % da despesa pública total)**

Nota: Dados não disponíveis para Países Baixos, França, Letónia, Eslováquia, Bélgica, Roménia e Luxemburgo.
Fonte: Eurostat, dados da Despesa Pública por Funções (COFOG).

3.2. Principais resultados do estudo de St. Aubyn

De acordo com St. Aubyn et al. (2009), no conjunto de 26 países da União Europeia (excluindo o Luxemburgo), o sistema de ensino superior português é pouco eficiente, quer considerando apenas outputs da investigação, quer considerando apenas outputs do ensino (Quadro 1).

Quadro 1. Sumário de Indicadores (2005)

	Indicadores de eficiência									
	Citação ISI		Recruiter review		Peer review		Política de recursos humanos		Avaliação	
	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking	Pontuação	Ranking
Portugal	3,07	16	1,07	13	1,16	11	7,4	13	4,6	16
Melhor desempenho	5,41	1 (NL)	2,00	1 (IE)	2,00	1 (FI)	10	1 (CZ, DK, NL, AT, SK, SE, UK)	8,3	1 (HU)
Pior desempenho	1,63	26 (RO)	1,06	16 (CZ)	1,02	16 (GR)	1,8	18 (FR)	2,3	19 (GR)
	Indicadores descritivos									
	Docentes	Estudantes	Diplomados	Publicações	Estudantes	Diplomados	Diplomados			
	Por 1000 habitantes				Por docente		Por estudante			
Portugal	2,0	26,8	5,2	0,4	13,3	2,6	19,4			
EU27	1,9	33,7	7,1	0,6	17,8	3,7	19,8			

Legenda: AT – Áustria, CZ – República Checa, DK – Dinamarca, FI – Finlândia, GR – Grécia, IE – Irlanda, NL – Países Baixos, RO – Roménia, SE – Suécia, SK – Eslováquia, UK – Reino Unido.
Fonte: St. Aubyn et al. (2009).

De facto, ao analisar as variáveis de *inputs* para Portugal, verifica-se que o número de docentes por 1000 habitantes encontra-se acima da média europeia enquanto o número de estudantes por 1000 habitantes se situa muito abaixo da média, o que implica um rácio de estudantes por docentes baixo. Este poderia ser um factor positivo para a formação de diplomados mas o sistema de ensino superior português apresenta um rácio de diplomados, quer por 1000 habitantes quer por docente, igualmente abaixo da média europeia. Poderá aferir-se então que um número elevado de docentes por estudante produz um número baixo de diplomados.

Relativamente à investigação, Portugal tem um número de docentes acima da média mas publicações abaixo da média. A qualidade da investigação, medida pelo índice de citação ISI, é também relativamente baixa (16ª posição num *ranking* de 26 países).

Os indicadores de qualidade do ensino sugerem, em termos relativos, uma baixa qualidade dos diplomados pelas instituições de ensino superior: o indicador de *recruiter review*, que reflecte a empregabilidade dos diplomados, coloca Portugal abaixo da média. E o mesmo acontece para o indicador do *peer review*.

Quanto aos factores ambientais relevantes para a eficiência, o indicador de política de recursos humanos está abaixo da média e o indicador de avaliação assume um valor bastante desfavorável.

A qualidade do ensino secundário, medida pela classificação obtida no Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) da OCDE, é baixa, colocando Portugal na penúltima posição do *ranking*⁶. Para além disso, o nível de frequência do ensino secundário é baixo quando comparado com os restantes países da amostra.

3.3. Desenvolvimentos recentes

Desde finais de 2005, a política pública para o ensino superior em Portugal sofreu uma revisão, acompanhada por uma reforma jurídica, visando uma maior abertura do ensino superior à sociedade e a novos grupos sociais de alunos, bem como um aumento da qualidade e reconhecimento internacional, e da autonomia das instituições. No entanto, a análise do impacto destes desenvolvimentos ocorridos no ensino superior português não estão reflectidos no estudo de St. Aubyn et al. (2009), uma vez que o período temporal considerado neste estudo termina em 2005. Assim, para inferir sobre os desenvolvimentos recentes procedeu-se a uma actualização dos indicadores utilizados no estudo para Portugal, nomeadamente, o número de diplomados por docentes, o número de publicações científicas e o resultado obtido no PISA da OCDE.

Relativamente à área de ensino no sistema de ensino superior, verificou-se, nos anos mais recentes, um aumento do número de diplomados por docente (Gráfico 6) e um crescimento acentuado do número de diplomados por aluno (Gráfico 7). Esta evolução é explicada em grande medida pelo Processo de Bolonha, iniciado em 2006 em Portugal e totalmente operacional no ano lectivo 2009/2010.

Gráfico 6. Diplomados por Docente

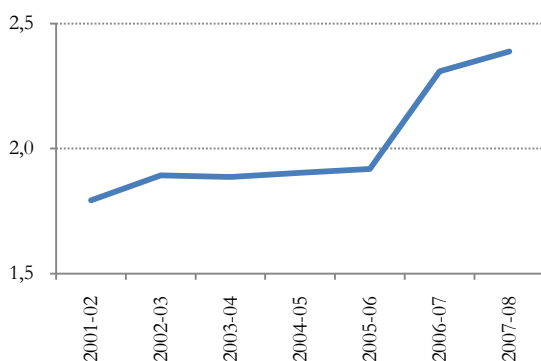
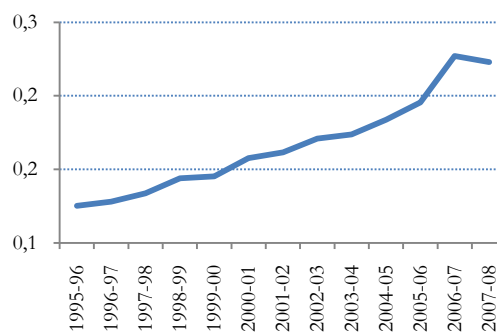


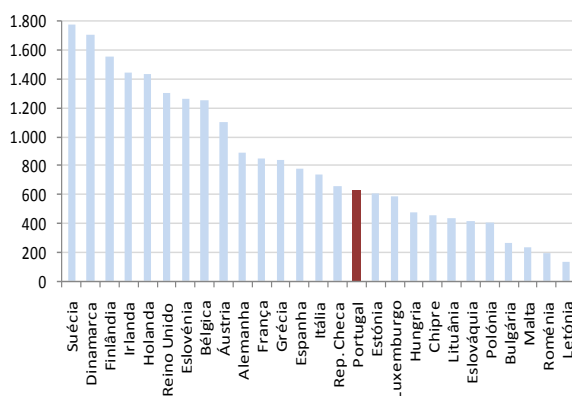
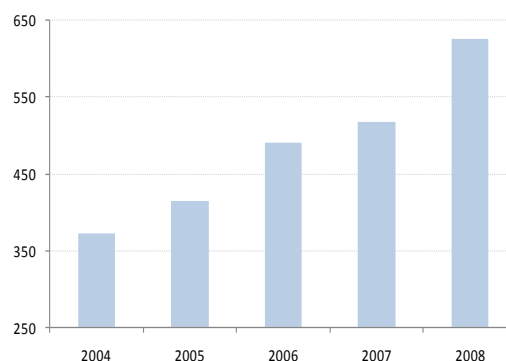
Gráfico 7. Diplomados por Aluno Inscrito



Fonte: GPEARI do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (www.gpearl.mctes.pt).

Na área de investigação, observou-se um crescimento significativo da produção científica nos últimos anos, medida em termos do número de publicações científicas referenciadas internacionalmente, tendo Portugal registado um dos maiores crescimentos no conjunto dos países da União Europeia (Gráficos 8 e 9). O aumento da despesa em I&D e do número de investigadores por mil trabalhadores explica, em parte, o crescimento do número de publicações. Adicionalmente, o lançamento, em 2006, de um programa estratégico de parcerias com empresas e instituições de renome internacional em ciência, tecnologia e ensino superior e, em 2007, de um programa de promoção de emprego científico com o objectivo de facilitar a renovação do pessoal docente e de investigação, também contribuiu para o incremento das publicações.

⁶ Esta pontuação do PISA refere-se a 2000, contemplando 18 países, situando-se Portugal na 17ª posição e a Finlândia na 1ª.

Gráfico 8. Número de Publicações Científicas por Milhão de Habitantes na UE – 2008**Gráfico 9. Número de Publicações Científicas por Milhão de Habitantes em Portugal**

Fonte: GPEARI do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Produção Científica Portuguesa, 1990-2008: Séries Estatísticas.

Relativamente aos factores institucionais – avaliação das instituições, política de gestão de recursos humanos e qualidade do ensino secundário – verificaram-se alguns progressos.

Actualmente, a avaliação e acreditação das instituições do ensino superior e dos seus ciclos de cursos é realizada pela agência de acreditação do ensino superior, designada por A3ES, cuja missão é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino superior em Portugal. No entanto, esta agência, criada em 2007, apenas começou a funcionar a partir de Dezembro de 2008, e apesar de já ter um plano de acreditação de cursos para 2010-2011, só prevê implementar em pleno o sistema de avaliação das instituições do ensino superior após este período.

Relativamente à gestão de recursos humanos, os docentes das instituições do ensino superior público são trabalhadores em funções públicas e, portanto, estão regidos pelo enquadramento legislativo aplicável aos mesmos. Convém salientar que a autonomia na contratação e na definição dos salários dos docentes está restringida pela disponibilidade orçamental da instituição. Esta restrição orçamental mantém-se com a criação do estatuto de fundação aplicável a universidades públicas⁷, mas este possibilita que a gestão de recursos humanos seja regida pela legislação aplicável ao sector privado⁸.

Quanto à qualidade do sistema de ensino secundário, aferida pelos resultados do PISA em 2006 por comparação com 2000, verifica-se que Portugal registou uma evolução positiva. Neste período, a despesa pública no ensino secundário registou um aumento de 1 ponto percentual do PIB o qual foi acompanhado por uma melhoria da pontuação obtida no PISA, que aumentou 12 e 15 pontos, respectivamente, em matemática e ciência (Gráfico 11). Não obstante este progresso, Portugal situava-se, em 2006, no grupo de países com resultados mais baixos no PISA (Gráfico 10). Refira-se que, no mesmo período, a Polónia registou o progresso mais rápido de entre os países da OCDE, progredindo em média 25 pontos.

A qualidade do ensino secundário é considerada, de forma consensual, um importante determinante quer de eficiência quer de eficácia da despesa pública no ensino superior. Um estudo recente publicado pela OCDE⁹ refere que as diferenças nas capacidades cognitivas (medidas através do PISA) explicam grandemente as diferenças entre as taxas de crescimento económico dos países da OCDE, isto porque as economias com maior formação em capital humano (medido pela capacidade cognitiva) tendem a apresentar taxas de inovação superiores, o que lhes confere maiores vantagens competitivas. De facto, os resultados das simulações do estudo mencionado mostram que um aumento médio de 25 pontos nos

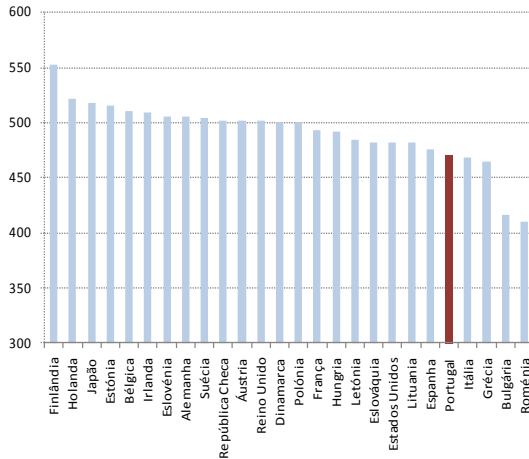
⁷ As instituições de ensino superior públicas, nos termos da Lei nº62/2007, de 10 de Setembro (regime jurídico das instituições de ensino superior), podem requerer a sua transformação em fundações públicas com regime de direito privado. Actualmente, existem três instituições de ensino superior públicas de natureza fundacional, com regime e estatutos definidos nos Decretos-Lei nº 95/2009, 96/2009 e 97/2009, de 27 de Abril.

⁸ Ainda que seja salvaguardado o regime da função pública para os trabalhadores que o detinham aquando da transformação da instituição em fundação.

⁹ OCDE (2010).

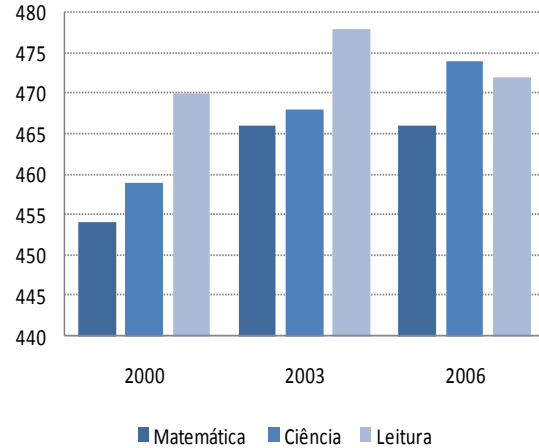
resultados do PISA, nos próximos 20 anos, teria um impacto não negligenciável sobre o crescimento económico dos países da OCDE. Contudo, este efeito só se faria sentir no longo prazo, dado que o processo de melhoria das capacidades cognitivas não é imediato e o impacto dessas melhorias no crescimento económico só se sentirá quando os primeiros alunos beneficiados entrarem no mercado de trabalho.

Gráfico 10. Média dos Resultados Obtidos em Ciência, Leitura e Matemática - PISA (2006)



Fonte: OCDE (2009b).

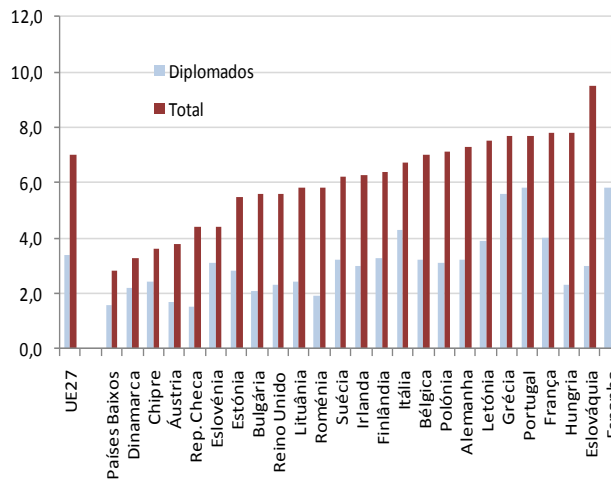
Gráfico 11. Resultados Obtidos por Portugal - PISA (2000, 2003 e 2006)



Fonte: OCDE.

Relativamente à eficácia da despesa pública no ensino superior, uma das variáveis utilizadas no estudo de St. Aubyn et al. (2009) é a empregabilidade dos diplomados, utilizando como *proxy* o risco de desemprego relativo dos diplomados. Na generalidade dos Estados-membros da União Europeia a taxa de desemprego dos diplomados é tradicionalmente inferior à taxa de desemprego total (Gráfico 12).

Gráfico 12. Taxa de Desemprego na União Europeia (2008, %)



Nota: Dados não disponíveis para Malta e Luxemburgo.
Fonte: Eurostat.

4. Considerações finais

O estudo de St. Aubyn et al. (2009) sobre a eficiência e a eficácia da despesa pública no ensino superior conclui que os países que mais facilmente atingem os melhores resultados em termos de eficiência, quer no ensino quer na investigação, são caracterizados por um conjunto de boas práticas, nomeadamente, um sistema de ensino secundário de qualidade, fundamental para a eficiência do ensino superior, e um sistema de organização das instituições do ensino superior com regras de financiamento baseadas em resultados ao invés de *inputs*, existência de avaliação das instituições e políticas autónomas de recrutamento. O estudo também sugere uma relação positiva entre a despesa no ensino superior e a produtividade do trabalho e empregabilidade dos diplomados, concluindo que a despesa pública no ensino superior, sendo eficiente e eficaz, é impulsionadora do crescimento económico potencial.

A nível nacional, o estudo concluiu que Portugal se encontra entre o grupo de países cujo sistema de ensino superior é menos eficiente, uma vez que apresenta uma relação entre *inputs* e *outputs* mais desfavorável. No entanto, desde a revisão da política de ensino superior em Portugal, iniciada em finais de 2005, foram tomadas medidas adicionais em conjunto com uma profunda reforma jurídica do sistema de ensino superior, verificando-se alguns progressos nos indicadores utilizados no estudo para Portugal, nomeadamente, no número de diplomados por docentes, no número de publicações científicas e nos resultados obtidos no PISA da OCDE.

Atendendo a que os resultados de reformas no sector da educação e, em particular no ensino superior, apresentam um elevado desfasamento temporal face ao momento de implementação das medidas (OCDE 2010), e existindo ainda margem de progresso ao nível de melhorias de eficiência e eficácia é expectável esperar um aumento do *value for money* da despesa pública no ensino superior nos próximos anos.

Referências

- St. Aubyn, Miguel, A. Pina, F. Garcia e J. Pais (2009), *Study on the efficiency and effectiveness of public spending on tertiary education*, Economic Papers 390, Novembro, Economic and Financial Affairs, Directorate-General, European Commission.
- Comissão Europeia (2009), Directorate-General for Economic and Financial Affairs, *Public Finances in EMU-2009*, European Economy Nº 5/2009.
- OCDE (2010), *The high cost of low educational performance – The long-run economic impact of improving PISA outcomes*.
- OCDE (2009a), *Education at a glance 2009*.
- OCDE (2009b), *Top of the class – High performers in Science in PISA 2006*.
- OCDE (2007), *The private internal rates of return to tertiary education – new estimates for 21 countries*.
- OCDE (2004), *Messages from PISA 2000*.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010), *Produção Científica Nacional (disponível em www.gpeari.mctes.pt)*.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2009), *Country fiche on the efficiency and effectiveness of public expenditure on tertiary education in Portugal*.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião informal do Conselho ECOFIN</p> <p>16 e 17 de Abril de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião informal do Conselho ECOFIN, que teve lugar em Madrid, nos dias 16 e 17 de Abril, destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: Os Ministros debateram os programas de estabilidade e convergência de todos os estados-membros, à excepção da Grécia (já avaliado) e de Chipre (ainda não apresentado). Uma vez que se tratou de uma reunião informal, as Opiniões do Conselho serão formalmente aprovadas na reunião do Conselho de Justiça de dia 22 de Abril. <p>Os Ministros concluíram que a maioria dos estados-membros já retomou o processo de consolidação orçamental e que noutros esse processo será iniciado em 2011.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Situação económica e financeira / Reuniões da Primavera do FMI/Banco Mundial: Os Ministros e os Governadores dos Bancos Centrais analisaram a actual situação económica e financeira, tendo reconhecido as melhorias registadas nestes dois domínios, sendo que a Europa regista um crescimento mais reduzido do que o de outras regiões do mundo. <p>Os Ministros e os Governadores definiram ainda a posição europeia sobre o mandato e o processo de reforma de governação do FMI, considerando que as quotas e os votos de cada membro deverão reflectir o peso dos países na economia mundial e que o envolvimento dos Ministros no processo de decisão estratégica da instituição deverá aumentar. Congratularam-se ainda com a melhoria dos instrumentos financeiros destinados aos países de baixo rendimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Preparação da reunião Ministerial do G20: Os Ministros discutiram os termos de referência que definem a posição europeia para a reunião do G-20, de 23 de Abril, que irá incluir como questões fundamentais, os trabalhos relativos à iniciativa para um crescimento forte, sustentado e equilibrado (com a perspectiva de redução dos desequilíbrios macroeconómicos globais) e a reforma da regulamentação financeira. ▪ Fortalecimento dos enquadramentos orçamentais / Coordenação das políticas económicas: Os Ministros discutiram ainda a melhoria dos enquadramentos orçamentais nacionais e a melhoria da coordenação das políticas económica nos países da UE, tendo acordado na necessidade de continuar a desenvolver trabalhos nesta área. ▪ Acordos de estabilidade financeira e gestão de crises: Os Ministros discutiram soluções para prevenir crises futuras procurando minimizar o risco moral, isto é, sem que tal configure uma espécie de seguro, que permitiria às instituições financeiras incorrer em riscos na convicção de que o Estado as resgataria em crises futuras. Para além disso, concordaram aplicar, no desenho de uma nova moldura de gestão de crises financeiras, o princípio do poluidor pagador, que levará à contribuição das instituições financeiras, através de impostos ou taxas, para o financiamento de futuras crises no seio da referida moldura. <p>Os Ministros e Governadores concordaram, unanimemente, na necessidade de evitar efeitos negativos destas reformas sobre a recuperação económica. Nesse sentido, tanto os novos requisitos de capital, como as eventuais taxas e impostos e outros instrumentos no âmbito da estratégia de prevenção e gestão de crises, verão a sua implementação ajustada em função do seu impacto na</p>

INICIATIVA	SUMÁRIO
	<p>recuperação económica.</p> <p>A Comissão Europeia apresentou o seu plano de trabalhos na área, que consiste (i) na apresentação, em Julho de 2010, de mais detalhes sobre o funcionamento de um fundo de resolução e (ii) numa comunicação sobre gestão de crises, no Outono de 2010, com vista à apresentação de propostas legislativas na Primavera de 2011.</p>
<p>Semana Europeia das PME</p>	<p>Por iniciativa da Comissão Europeia e dos estados membros realiza-se, no período de 25 de Maio a 1 de Junho de 2010, a 1ª Semana Europeia das PME. Esta iniciativa engloba diversas actividades que decorrerão nos 27 Estados Membros e em mais 10 países: Albânia, Croácia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro, Turquia, Islândia, Liechtenstein, Noruega, Israel e Sérvia.</p> <p>A Semana Europeia para as PME visa fomentar o espírito empresarial em toda a Europa e informar os empresários sobre os apoios disponíveis, quer a nível europeu, quer a nível nacional e local, constituindo uma campanha de divulgação de informação útil para as actividades das empresas.</p> <p>É também uma via de implementação do “Small Business Act” pelo que a coordenação desta iniciativa está a cargo da DG Empresas e Indústria da UE. Em Portugal os coordenadores do evento são o IAPMEI e a ANPME.</p>
<p>Loja da Exportação</p>	<p>No âmbito da estratégia de internacionalização da economia portuguesa foi inaugurada, em Leiria, a primeira Loja da Exportação. As lojas de exportação disponibilizam um serviço de proximidade que visa incentivar as PME com vocação exportadora a iniciar o seu processo de internacionalização ou a ampliar a sua actividade em mercados externos.</p> <p>Esta loja insere-se na rede de 14 Lojas de Exportação, a criar a nível nacional, enquadradas na rede de agências do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e são criadas em articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP).</p>
<p>Cluster industrial de fornecimentos para hotelaria – “hi.global”</p>	<p>O cluster “hi.global”, criado por oito empresas nacionais de áreas fornecedoras do sector de hotelaria, foi apresentado em 29 de Março. Este cluster tem por objectivo fornecer as cadeias internacionais de hotelaria e restauração, disponibilizando soluções integradas de produtos e serviços com predominante componente portuguesa.</p> <p>O cluster industrial para a hotelaria tem como empresas fundadoras a Amorim Revestimentos (revestimentos à base de cortiça), a Cifial (torneiras e acessórios de casa de banho), a Costa Verde (porcelanas), a Lasa (têxteis-lar), a Lusotufo (têxteis para decoração), a Molaflex (colchões e complementos), a Recer (pavimentos e revestimentos cerâmicos) e a Viriato (mobiliário e serviços de decoração), que se propõem potenciar as exportações de produtos e serviços portugueses nesta área. O cluster conta com uma equipa de gestão e de marketing para dinamizar as redes comerciais das empresas envolvidas no projecto e potenciar as respectivas sinergias, tendo em vista uma actuação articulada à escala global.</p> <p>Com sede em Santa Maria da Feira, o cluster pretende alargar-se também a empresas de iluminação, tintas e energias renováveis, de forma a poder fornecer um serviço completo.</p>

2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC) – Formação Profissional</i></p> <p>Portaria n.º 172-A/2010 - I Série n.º 56, de 22/03 (Suplemento)</p> <p>Portaria n.º 172-B/2010 - I Série n.º 56, de 22/03 (Suplemento)</p>	<p>Fixa, em regulamentação do Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de Março, o número máximo de estagiários a seleccionar anualmente para o Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central (PEPAC), bem como, o número de estagiários por cada entidade promotora, de acordo com as áreas de formação académica. Assim, é de 5000 o número de estagiários admitidos à frequência da edição do PEPAC com início no ano de 2010. O prazo para apresentação de candidaturas decorreu de 29 de Março a 9 de Abril de 2010. Os estágios do PEPAC de 2010 iniciam-se no dia 1 de Julho de 2010. Os estágios promovidos por estabelecimentos de ensino iniciam-se em 1 de Setembro de 2010.</p> <p>Para além disso, regulamenta a apresentação e o processamento das candidaturas, bem como, a selecção dos candidatos, são integralmente realizados em suporte electrónico no sítio do PEPAC em https://www.bep.gov.pt/pages/estagios/default.</p>
<p><i>Apoio à Reestruturação de Vinhas</i></p> <p>Portaria n.º 171/2010 - I Série n.º 56, de 23/03</p>	<p>Altera a Portaria n.º 1144/2008, de 10 de Outubro, que estabelece, para o continente, as normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas e fixa os procedimentos administrativos aplicáveis à concessão das ajudas previstas para as campanhas vitivinícolas de 2008-2009 a 2012-2013.</p>
<p><i>Transporte Ferroviário Internacional de Passageiros</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 20/2010 - I Série n.º 58, de 24/03</p>	<p>Promove a liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros. Pretende-se com esta medida, integrada no Pacote Ferroviário III, revitalizar o transporte ferroviário e permitir a criação de um espaço ferroviário europeu integrado, abrindo assim novas possibilidades a empresas nacionais. Procede à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2007/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007.</p>
<p><i>Cogeração – Produção combinada de electricidade e calor</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 23/2010 - I Série n.º 59, de 25/03</p>	<p>Regulamenta a actividade de cogeração estabelecendo as condições de licenciamento e de exploração. Redefine o regime remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzida em cogeração. Este instrumento actua ao nível da eficiência energética ao incentivar a cogeração de elevada eficiência, pois estimula a poupança de energia em processos industriais como a secagem, a evaporação ou o aquecimento. O presente diploma prevê ainda garantias e certificados de origem a emitir, em resposta a solicitação de cogeradores com cogerações classificadas de elevada eficiência e eficientes, respectivamente, por uma Entidade Emissora de Garantias de Origem – EEGO. A esta entidade compete, também, realizar auditorias para verificação da manutenção daquelas classificações. O presente diploma, que revoga o Decreto -Lei n.º 538/99, de 13 de Dezembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro</p>
<p><i>Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização</i></p> <p>Portaria n.º 179/2010 - I Série n.º 59, de 25/03</p>	<p>Revê os procedimentos relativos à operacionalização das candidaturas nacionais ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG). Considerando a experiência adquirida com anteriores candidaturas, flexibilizam-se alguns procedimentos e constitui-se um conjunto de medidas activas de emprego e formação profissional que possam ser potencialmente convocadas no contexto das intervenções do FEG. A presente portaria revoga a Portaria n.º 300/2008, de 17 de Abril, bem como a Portaria n.º 250/2009, de 9 de Março.</p>
<p><i>Produção de Vinhos – Licenciamento da actividade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 24/2010 - I Série n.º 59, de 25/0</p>	<p>O novo regime de licenciamento da actividade industrial veio introduzir novas condições e requisitos para os estabelecimentos de produção de vinho. Os estabelecimentos de produção de vinhos comuns e licorosos, incluindo de engarrafamento e de envelhecimento dos mesmos, encontram-se localizados, muitas vezes, em zonas históricas, e funcionam em armazéns seculares, como é o caso do Vinho do Porto. Esta situação, pelo tipo de obras que implica e pelo número de entidades administrativas cuja pronúncia é exigida, torna particularmente complexa e morosa a implementação dos requisitos necessários ao exercício da actividade industrial, à luz do novo regime, pelo que é prorrogado o prazo de regularização destas actividades, fixando-o até 31 de Dezembro de 2010.</p>
<p><i>Informação Estatística em Matéria Fiscal</i></p>	<p>Determina que a informação estatística relativa à receita fiscal de todos os impostos administrados pela Direcção-Geral de</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Despacho n.º 5510/2010 - II Série Parte C n.º 60, de 26/03	Contribuições e Impostos (DGCI) e pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) deve ser universalmente acessível para consulta pública em plataforma electrónica. Compete a estas entidades elaborar, certificar e divulgar a referida informação estatística, a qual deve englobar, para cada imposto, um histórico mínimo de cinco anos, podendo, consoante os casos, contemplar valores relativos à liquidação e/ou à cobrança. A informação relativa a IRS, IRC, IVA, impostos especiais de consumo e ISV, IMT, IUC e imposto do selo deve ser divulgada até ao final de Março do ano seguinte A informação relativa ao IMI até ao final de Maio do ano seguinte.
<i>Iniciativa Formação para Empresários – Formação Profissional</i> Portaria n.º 183/2010 - I Série n.º 61, de 29/03	Cria a iniciativa Formação para Empresários, a qual tem como objectivo reforçar e desenvolver as competências dos empresários de micro e pequenas e médias empresas (PME), através da realização de acções com vista à melhoria da sua capacidade de gestão. A presente iniciativa dirige-se a empresários cujas empresas empreguem um número de trabalhadores inferior ou igual a 100. São beneficiárias da presente Iniciativa as entidades de natureza associativa e ou empresarial, e os centros de formação profissional de gestão participada. As acções previstas na presente portaria podem ser objecto de comparticipação financeira por parte do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). As acções que não tenham enquadramento no âmbito do POPH, podem ser asseguradas pela intervenção dos centros de formação profissional de gestão participada. Para estas acções, o Instituto do Emprego e Formação Profissional definirá, através de regulamento específico, as normas de funcionamento e de execução da presente medida. A formação a desenvolver respeita a competências em gestão, de nível base e de nível avançado. Os empresários que façam o programa de formação «competências em gestão de nível base» podem, complementarmente, obter uma qualificação escolar e ou profissional através dos centros novas oportunidades mediante a sua integração em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências ou em processos de formação, com vista à conclusão de um percurso de qualificação. As acções desenvolvidas no âmbito da presente Iniciativa devem estar concluídas até 30 de Junho de 2011.
<i>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010 - I Série n.º 64, de 1/04	Aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. A presente Resolução tem um carácter eminentemente programático, procedendo à identificação das linhas de acção a implementar durante vários anos. Com a aprovação desta Estratégia pretende-se aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas, manter actualizado e disponível o conhecimento científico sobre as mesmas e reforçar as medidas que Portugal terá de adoptar com vista ao controlo dos efeitos das alterações climáticas. Neste sentido, foram definidos quatro objectivos para a presente Estratégia: (i) informação e conhecimento, (ii) reduzir a vulnerabilidade e aumentar a capacidade de resposta, (iii) participar, sensibilizar e divulgar, (iv) cooperar a nível internacional. São identificados como sectores estratégicos em relação aos quais serão desenvolvidas, de forma prioritária, acções tendo em vista a sua adaptação aos efeitos das alterações climáticas: Ordenamento do território e cidades; Recursos hídricos; Segurança de pessoas e bens; Saúde; Energia e indústria; Biodiversidade; Agricultura, florestas e pescas; Turismo; Zona costeira.
<i>CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão</i> Decreto-Lei n.º 30/2010 - I Série n.º 68, de 8/04	O presente diploma estabelece um conjunto de obrigações de prestação de informação para os operadores de instalações que passam a estar abrangidos pelo regime do comércio europeu de licenças de emissão, quer por desenvolverem actividades que passam a estar incluídas no referido regime, quer por força da aplicação dos novos limiares de abrangência. A fim de assegurar um funcionamento correcto dos mercados do carbono e da electricidade, e uma vez que a venda de licenças de emissão em leilão para o período com início em 2013 deverá começar até 2011, esta obrigação de prestação de informação por parte dos operadores de instalações à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é aplicável já em 2010. Assim, Os operadores das instalações que passem a estar abrangidos pelo regime comunitário a partir de 2013 devem apresentar à APA, até 30 de Abril de 2010, dados de emissões correspondentes aos anos de 2005 a 2008 e dados da sua actividade, preferencialmente em formato electrónico. Os operadores das instalações incluídas no regime comunitário no período de 2008-2012 devem apresentar à APA, até 31 de Dezembro de 2010, dados de emissões correspondentes aos anos de 2005 a 2007,

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	preferencialmente em formato electrónico. O presente diploma altera o regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril.
<p data-bbox="240 344 647 394"><i>Tramitação Electrónica dos Processos Judiciais</i></p> <p data-bbox="240 412 647 468">Portaria n.º 195-A/2010 - I Série n.º 68, de 8/04 (Suplemento)</p>	Regula a tramitação electrónica dos processos da competência dos tribunais ou juízos de execução das penas, no sentido de expandir o âmbito de aplicação do projecto CITIUS. O presente diploma entra em vigor no dia 12 de Abril de 2010 e altera a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro.
<p data-bbox="240 486 647 512"><i>Estratégia Nacional para a Energia 2020</i></p> <p data-bbox="240 524 647 577">Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010 - I Série n.º 73, de 15/04</p>	<p data-bbox="671 486 1343 1435">Aprova a Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020), tendo em consideração os novos objectivos para a política energética definidos no Programa do XVIII Governo. A ENE 2020 assenta em cinco eixos principais: (i) competitividade, crescimento e independência energética e financeira; (ii) aposta nas energias renováveis; (iii) promoção da eficiência energética; (iv) garantia de segurança de abastecimento; e (v) promoção da Sustentabilidade Económica e Ambiental. Esta nova estratégia nacional para a energia actualiza a estratégia definida em 2005, definindo uma agenda para a independência energética do País, através da aposta nas energias renováveis e da promoção integrada da eficiência energética, contribuindo para a redução de emissões de CO2. Assim, a ENE 2020 cria o quadro de referência para a política energética e aprova diversas medidas com vista a aumentar a eficiência energética, das quais se destacam: - A criação, até 2012, de um fundo de equilíbrio tarifário que contribua para minimizar as variações das tarifas de electricidade; - A criação, no 1.º semestre de 2010, do fundo de eficiência energética, com o objectivo de financiar acções para a aquisição de equipamentos com melhor desempenho energético ou que promovam uma utilização mais racional da energia por parte de cidadãos e empresas; - O apoio ao desenvolvimento do mercado ibérico do gás implementando as medidas necessárias, até ao final de 2011, para uma harmonização regulatória; - O desenvolvimento, durante o 1.º semestre de 2010, de linhas de apoio para o investimento no domínio das energias renováveis e da promoção da eficiência energética, designadamente no apoio ao solar térmico; - A constituição, até final de 2012, o Centro Ibérico de Energias Renováveis e Eficiência Energética (CIREE) de Badajoz; - A criação, até ao final de 2011, de uma experiência-piloto em Évora que envolva a gestão integrada da produção descentralizada de energia, o carregamento inteligente dos veículos eléctricos e a gestão inteligente dos consumos; - A criação, até ao final de 2010, de um sistema de planeamento e monitorização permanente da procura e da oferta potencial de energia; - O apoio, até 2012, à liberalizando dos mercados de electricidade e do gás; - A actualização do quadro regulamentar para a instalação de sobre-equipamento em centrais eólicas; - A introdução e massificação da utilização do veículo eléctrico. É revogada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro.</p>
<p data-bbox="240 1453 647 1503"><i>Crédito à Habitação / Deveres de Informação</i></p> <p data-bbox="240 1520 647 1576">Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2010 - II Série Parte E n.º 74, de 16/04</p>	<p data-bbox="671 1453 1343 1653">Reforça os deveres de informação das instituições de crédito na negociação e celebração de contratos de crédito à habitação e estabelece deveres de informação na vigência desses contratos. Assim, as instituições de crédito devem informar os clientes, de forma completa, clara e objectiva, sobre os diferentes elementos caracterizadores dos empréstimos que comercializam, bem como sobre os diversos encargos a suportar pelos clientes. O presente aviso entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2010.</p>
<p data-bbox="240 1671 647 1720"><i>Sistema Integrado de Registo na Agência Portuguesa do Ambiente</i></p> <p data-bbox="240 1738 647 1787">Despacho n.º 6844/2010 - II Série Parte C n.º 75, de 19/04</p>	<p data-bbox="671 1671 1343 1937">Procede, no âmbito do regime do mercado organizado de resíduos, a uma redução do valor da taxa de registo no Sistema Integrado de Registo na Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA) aos aderentes a uma plataforma de negociação autorizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). O referido regime estabelece um conjunto de incentivos financeiros e administrativos no sentido de auxiliar a adesão ao mercado organizado de resíduos. O presente despacho determina que os aderentes a uma plataforma de negociação autorizada pela APA, e que estejam sujeitos a registo no SIRAPA, beneficiam de uma redução de 50 % sobre o valor da respectiva taxa de registo.</p>
<p data-bbox="240 1955 647 1982"><i>QREN / Operacionalização</i></p> <p data-bbox="240 2000 647 2047">Despacho n.º 6816/2010 - II Série Parte C n.º 75, de 19/04</p>	<p data-bbox="671 1955 1343 2029">Determina a simplificação de procedimentos destinados a tornar mais simples e céleres a execução de investimentos de iniciativa municipal na operacionalização do QREN.</p>

Abreviaturas Utilizadas

